

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 47/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

O **MUNICÍPIO DE TANGARÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.827.999/0001-01, com sede na Avenida Irmãos Piccoli, 267, Centro, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, comunica aos interessados que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** sob a forma **ELETRÔNICA**, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, visando à aquisição do objeto abaixo indicado e terá como critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO**. As propostas iniciais e documentos de habilitação deverão ser encaminhados exclusivamente por meio eletrônico, através do seguinte endereço: www.portaldecompraspublicas.com.

RECEBIMENTO DE PREÇO: Até o dia **04/05/2026 às 09h00min.**

ABERTURA DA SESSÃO: Dia **04/05/2026 às 09h01min.**

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

1 – DO OBJETO

1.1- A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO TERRITORIAL E TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ, COMPREENDENDO: AEROFOTOGRAMETRIA E SEU PROCESSAMENTO, ATUALIZAÇÃO CADASTRAL MULTIFINALITÁRIA DE IMÓVEIS E LOGRADOUROS, ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES (PGV), IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS CORPORATIVO INTEGRADO, ALÉM DE TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO CONTÍNUO**, conforme segue itens, quantidades e valores anexos nos sítios do **Portal de Compras Públicas** (www.portaldecompraspublicas.com.br), do **Município de Tangará** (www.tangara.sc.gov.br) e do **Portal Nacional de Contratações Públicas** (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>) juntamente com edital.

1.2 - Rege a presente licitação a Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Decreto nº 13, de 27 de janeiro de 2023, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e suas respectivas alterações.

1.3 - Todas as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste edital, termo de referência, estudo técnico preliminar, projetos, memoriais, orçamentos e anexos deverão ser cumpridas na íntegra.

1.4 – Eventuais dúvidas pertinentes a presente licitação, poderão ser esclarecidas da seguinte forma:

- a) Telefones: (49) 3532-7451
- b) E-mail: licita2@tangara.sc.gov.br.
- c) Endereço: Avenida Irmãos Piccoli, 267, segundo andar, setor de licitações, Tangará/SC.
- d) Pelo site Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

2 – DOS PROCEDIMENTOS

2.1 - Para a realização deste certame serão utilizados recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio

de lances dos proponentes com plena visibilidade para o Pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

2.2 - A realização do procedimento estará a cargo do Pregoeiro e da empresa contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

2.3 - Como requisito para participação no processo, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

2.3.1 - O licitante, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do objeto negociado.

2.4 - O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderá participar deste certame toda e qualquer pessoa jurídica, legalmente constituída, que satisfaça as condições estabelecidas neste Edital e cujo **ramo de atividade seja pertinente e compatível** com o objeto da presente licitação, bem como esteja devidamente cadastrado junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.2 - Será concedido tratamento favorecido para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física, para o microempreendedor individual - MEI, para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.2.1 - Para a participação na presente licitação, as cooperativas deverão atender os requisitos exigidos no art. 16 da lei 14.133/2021.

3.3 - As microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que **QUISEREM** participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes:

3.3.1 - As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, **clicando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.**

3.3.2 - A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:

a) - Comprovação de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SIMPLESNACIONAL/aplicacoes.aspx?id=21>;

a.1.) A empresa optante pelo simples deverá ainda apresentar a Declaração de não incidência na fonte do IRPJ.

b) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa.

b.1.) As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

3.3.3 - A condição de Microempreendedor Individual deverá ser comprovada mediante apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.

3.3.4 - A Certidão ou Certificado deverão estar **atualizados**, ou seja, emitidos a **menos de 120 (cento e vinte) dias** da data marcada para a abertura da presente Licitação.

3.3.5 - Todo benefício previsto na Lei Complementar nº 123/2006 aplicável à microempresa estende-se ao MEI, conforme determina o § 2º do art. 18-E.

3.4 - Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.4.1 - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.3 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.4 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.5 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público, ou que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

3.4.6 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.7 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.8 - Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.4.9 - Pessoas jurídicas reunidas em consórcio que não atendam ao determinado no art. 15 da Lei 14.133/2021;

3.4.10 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4.11 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar

conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.12 – Pessoas físicas.

3.5 - O impedimento de que trata o item 3.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.4.2 e 3.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8 - O disposto nos itens 3.4.2 e 3.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.10 - A vedação de que trata o item 3.4.8 e 3.4.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.12 - *É admitida a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, conforme atual entendimento do TCU.*

3.13 - As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o(s) mesmo(s) item(s), **sob pena de desclassificação**.

3.14 - A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

3.15 - *Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através da Central de Atendimento do Portal de Compras Públicas pelo telefone: 3003-5455, ou pelo e-mail fornecedor@portaldecompraspublicas.com.br.*

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 - O fornecedor deverá fazer o seu cadastramento através do portal de compras públicas, no endereço <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse em cadastrar-se e apresente a documentação exigida terá acesso ao portal.

4.1.1 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.1.2 - O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão.

4.2 - Os interessados deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.2.1 - Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página www.portaldecompraspublicas.com.br, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail falecom@portaldecompraspublicas.com.br.

4.3 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.3.1 - O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3.2 - O licitante, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

4.4 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5 - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 - Até a data e horário definidos no preâmbulo deste edital o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

5.3 - Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até **2 (DUAS HORAS)**, contado da solicitação do Pregoeiro, sob pena de inabilitação.

5.3.1 - Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, conforme art. 63, inciso II, da Lei 14.133/2021.

5.3.2 - Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado (art. 63, inciso III, da Lei 14.133/2021).

5.4 - Todas as referências de tempo descritas no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

5.5 - O Licitante deverá aceitar as seguintes declarações no Sistema:

- a) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- b) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) A inexistência de quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Tangará ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);
- e) Que não possui funcionário público no quadro societário da empresa;
- f) Que está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;
- g) Que a empresa conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- h) Que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

5.6 - O licitante **organizado em cooperativa** deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, observando, também, o disposto no subitem 3.3. deste edital.

5.7.1 - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

5.7.2 - Nos itens em que a participação **não** for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8 - A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6 – DA PROPOSTA

6.1 – Após a divulgação do edital no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, as licitantes deverão, até a data e hora marcadas para recebimento das propostas, encaminhar a proposta, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

6.1.1 – A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

6.2 – A proposta comercial deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

- a) Valor ou desconto (mensal, unitário, etc, conforme o caso) e (anual, total) do item;
- b) Marca/modelo (**não identificar a empresa, podendo-se utilizar o termo “próprio”, se for necessário**);
- c) Fabricante;
- d) Descrição do objeto, contendo as informações compatíveis com a especificação do Termo de Referência;
- e) Demais informações necessárias.

6.3 - Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas para cada item deste Edital.

6.3.1 - **Os preços unitários não poderão ultrapassar os preços máximos estabelecidos neste edital**, sob pena de desclassificação (art. 59, III da Lei 14.133/2021).

6.3.2 - O preenchimento incorreto dos dados necessários à análise da proposta implicará na desclassificação da mesma.

6.4 - Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

6.5 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.5.1 - Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais.

6.6 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.7 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.8 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8.1 – Quando houver a participação de MEI para prestar os serviços de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção ou reparo de veículos, a fase de lances correrá

normalmente. No entanto, caso um MEI seja declarado vencedor, no momento da confecção do contrato, será descontado 20% (vinte por cento) do valor da proposta, correspondente a contribuição previdenciária patronal, que deve ser paga pela contratante.

6.9 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o edital de convocação, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição, independentemente de declaração expressa.

6.9.1 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.10 - O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação, independentemente de declaração expressa.

6.11 - A proponente vencedora fica submetida aos prazos especificados no presente Edital, independentemente de declaração expressa.

6.12 - Caso haja omissão, na proposta, dos prazos de sua validade e/ou de garantia, aplicar-se-ão os prazos estipulados neste edital.

6.13 - Em caso de omissão da marca e/ou modelo do produto ofertado, o Pregoeiro aceitará as propostas e colherá, após a fase de lances, via chat, da empresa melhor classificada, a(s) informação(ões) referente(s) ao(s) dado(s) faltante(s).

6.13.1 - Caso a empresa melhor classificada não responda, no prazo máximo fixado, a indagação do Pregoeiro via chat, a sua proposta será considerada desclassificada.

6.14 - Vícios, erros e/ou omissões que não impliquem em prejuízo para o Município poderão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, cabendo a este(a) agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

6.14.1 - O Pregoeiro considerará como formais erros que não impliquem em nulidade do procedimento.

6.15 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro, pelo sistema, ou de sua desconexão.

6.16 - Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão declarar sua condição no momento do envio da proposta e apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, Certidão Simplificada, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, e pela declaração expressa, efetuada no próprio sistema do Portal de Compras Públicas.

6.17 - Havendo divergência entre o valor unitário e o valor total do item cotado, será considerado, para fins de julgamento das propostas, o primeiro.

6.18 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.18.1 - Somente as licitantes cujas propostas foram classificadas participarão da fase de lances.

7 – DA SESSÃO PÚBLICA

7.1 - O Pregoeiro dará início à Sessão Pública na data e horário previstos neste Edital, via sistema eletrônico, com a abertura das propostas para cada item.

7.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3 - Aberta a sessão o Pregoeiro procederá à abertura e análise preliminar das propostas.

7.3.1 - Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.3.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3.3 - A não desclassificação da proposta não implica em sua aceitação definitiva, que deverá ser levada a efeito após o seu julgamento definitivo conforme definido neste edital.

7.4 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.5 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.6 - Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o Pregoeiro dará sequência ao processo do pregão.

7.7 – O Pregoeiro, a bem dos serviços, se julgar conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver julgando, à conclusão de serviços, através do site da Prefeitura Municipal de Tangará.

8 – DA ETAPA DE LANCES

8.1 - O preço de abertura da etapa de lances de cada item corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

8.2 - No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, valem os valores obtidos na etapa de propostas.

8.3 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.3.1 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - Empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.4 - Aberta a etapa competitiva, os proponentes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.5 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, exclusivamente através do sistema do Portal de Compras Públicas, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.5.1 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas).

8.5.2 - Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

8.6 - A etapa de envio de lances na sessão pública será no modo de disputa “**ABERTO**”, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance (s) ofertado(s) nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.7 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.8 - Os lances intermediários são lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém, inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.

8.9 - Na hipótese de não haver novos lances, na forma estabelecida no subitem 8.7, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.10 - A desistência de lance pelo licitante após a sua apresentação na etapa de lances será admitida somente em situações excepcionais, devidamente justificadas e aceitas pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, mediante análise da razoabilidade e da boa-fé do licitante.

8.10.1 - A desistência não é automática e não constitui direito do licitante, podendo ser negada sempre que for entendida como prejudicial ao andamento, à competitividade ou à regularidade do certame.

8.10.2 - Caso a desistência não seja aprovada, o lance ofertado permanecerá válido para todos os efeitos.

8.11 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.12 - Considera-se inexecutável a proposta que reduzir o valor do último lance ofertado em mais de 85% do valor orçado pela Administração, no entanto, a Administração não desclassificará automaticamente a proposta com preço abaixo do estipulado acima. Será conduzida diligência para que o licitante possa demonstrar a exequibilidade de seu preço.

8.13 - Após o encerramento da etapa de lances, o licitante poderá solicitar a desistência de sua proposta, desde que apresente fundamentação formal, a qual será submetida à análise e à aceitação do Agente de Contratação.

8.13.1 - A fundamentação apresentada poderá ser encaminhada para análise técnica e/ou jurídica, a critério do Agente de Contratação, antes da decisão sobre o pedido.

8.13.2 - A aceitação da desistência não constitui direito subjetivo do licitante, podendo ser indeferida quando contrária ao interesse público, à regularidade ou à economicidade do certame.

8.14 - Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

8.15 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.16 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.17 - Encerrada a etapa de lances, sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá reiniciar a etapa de lances, mediante justificativa no sistema.

8.18 - A desistência em apresentar lance eletrônico implicará a manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.19 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, será aberta a fase de negociação para que o licitante vencedor envie proposta em igual ou menor valor do seu último lance, e ainda, envie o valor unitário dos itens que compõem o lote que venceu, no caso de processos cuja forma de julgamento sejam menor preço por lote. Fica vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

8.20.1 - A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.20.2 - Ficará disponível o prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, para negociação e envio da proposta.

8.21 - Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta readequada e solicitará o envio da documentação de habilitação do licitante.

8.22 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes, para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.23 - O critério para julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO POR LOTE ÚNICO**.

8.24 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06.

8.24.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.24.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.24.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.24.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.24.5 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.24.6 - A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.24.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado à mesma, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.

8.24.8 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, § 5º da Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata, ou revogar a licitação.

8.24.9 - A empresa que não comprovar a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, será desclassificada dos itens em que tenha usufruído dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.

8.25 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.25.1 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.25.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.25.3 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.25.4 - O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, juntamente com os dados gerais da empresa, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.25.5 - É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.25.6 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 – DO JULGAMENTO

9.1 - Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

9.2 - As proponentes serão informadas exclusivamente pelo sistema eletrônico sobre a habilitação ou inabilitação das vencedoras.

9.3 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.4 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.3.2 deste edital.

9.5 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.6 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

- Contiver vícios insanáveis;
- Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência;
- Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.7 - Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 59 da Lei n.º 14.133/21, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

9.8 - Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.8.1 - Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.9 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

9.9.1 - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

9.10 - Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.10.1 - Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.11 - Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.11.1 - Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e havendo exigência de preenchimento de requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.12 - O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (DUAS) HORAS, envie os documentos de habilitação, exigidos neste Edital.

8.24.1 - É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.13 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.

9.14 - O declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.15 - O Pregoeiro poderá consultar o serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela internet.

9.15.1 - A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.16 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

- Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.17 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado, via sistema, a encaminhá-los, em formato digital, sob pena de inabilitação.

9.18 - No caso de apresentação de certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da emissão dos mesmos.

9.19 - Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.20 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.21 - As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, observando-se o disposto no subitem 3.3. e seguintes do presente Edital.

9.22 - Conforme Lei nº 13.726/2018, fica dispensada a autenticação de cópias dos documentos apresentados. Em caso dúvida quanto à autenticidade ou previsão legal, poderá ser exigido o documento original ou cópia autenticada. Faculta-se ao Pregoeiro a diligência para comprovação da autenticidade dos documentos apresentados.

9.23 - Constatado o atendimento pleno pelo licitante das exigências de habilitação previstas neste Edital, este será declarado vencedor do certame, iniciando-se, por conseguinte, o prazo recursal, caso haja manifestação. No caso de não haver manifestação de intensão de recurso, o(a) Pregoeiro, dará prosseguimento ao processo.

10 – DA HABILITAÇÃO

10.1 - Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

10.1.1 - É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.1.2 - O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

10.1.3 - Os documentos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 - Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (DUAS HORAS), contado da solicitação do Pregoeiro, sob pena de inabilitação.

10.2.1 - Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, conforme art. 63, inciso II, da Lei 14.133/2021.

10.2.2 - Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado (art. 63, inciso III, da Lei 14.133/2021).

10.3 - Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação, em formato PDF ou arquivos em pasta compactada, e legível:

10.3.1 - Documentos relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) No caso de Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- c) No caso de Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- d) No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de ser o participante Filial, Sucursal ou Agência de Sociedade Simples ou Empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- f) No caso de Cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- g) No caso de Empresa ou Sociedade Estrangeira em Funcionamento no País: decreto de autorização;

10.3.1.1 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação;

10.3.2 - Quanto a HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ), atualizado;
- b) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo também as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/91.
- c) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa.
- d) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa.
- e) Comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

10.3.2.1 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.3.3 - Quanto a HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica da licitante, emitida com antecedência máxima de 90 (noventa) dias da data fixada para entrega dos documentos ou com prazo de validade expresso.
 - a.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.
 - a.2) Caso a Licitante esteja em processo de recuperação judicial, deverá apresentar a certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento.

10.3.4 - Quanto a HABILITAÇÃO TÉCNICA:

- a) Certidão Atualizada de Registro ou Inscrição de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), ou, CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), ou, CFT (Conselho Federal dos Técnicos Industriais), dentro do prazo de validade.
- b) Certidão Atualizada de Registro ou Inscrição de Pessoa Física expedida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), ou, CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), ou, CFT (Conselho Federal dos Técnicos Industriais), dentro do prazo de validade.
- c) Apresentar comprovante de inscrição junto ao Ministério da Defesa, nas Categorias A ou C.
- d) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa licitante, executou serviços com características semelhantes ao objeto do presente Edital, sendo que será considerado de maior relevância técnica:
 - Serviços de Levantamento Cadastral Imobiliário ou equivalente, de pelo menos 1.750 (mil setecentos e cinquenta) unidades imobiliárias, correspondente a 50% do total estimado;
 - Serviços de Implantação, Customização e/ou Integração de Sistema de Informações Geográficas (SIG) Corporativo de Sistema de Informações Geográficas (SIG) ou Sistema de Geoprocessamento ou equivalente, de pelo menos 1.750 (mil setecentos e cinquenta) unidades imobiliárias, correspondente a 50% do total estimado;

10.4 - A proponente, deverá ainda, sob pena de inabilitação, declarar, em documento único (conforme modelo Anexo III):

- a) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- b) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) A inexistência de quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Tangará ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021), ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- e) Que não possui funcionário público no quadro societário da empresa;
- f) Que está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;
- g) Que a empresa conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que foi elaborada de forma independente e cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- h) Que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.5 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.2.

10.6 – Quanto a PROVA DE CONCEITO

10.6.1 - A Prova de Conceito será realizada pela Licitante Vencedora do certame, durante a fase de Habilitação Técnica, antes da decisão final sobre a qualificação da licitante. A Licitante Vencedora será convocada formalmente pela Administração para apresentar sua solução, devendo dispor de todos os recursos necessários (hardware, software, equipe técnica, acesso remoto, etc.) para a demonstração das funcionalidades.

10.6.2 - O prazo para a realização da PoC será de, no máximo, 10 (dez) dias úteis, contados da data da convocação formal, em local e horário a serem definidos pela Administração.

10.6.3 - A Prova de Conceito consistirá na demonstração prática de todas as características técnicas e funcionalidades listadas como “OBRIGATÓRIAS” nas tabelas constantes no item 6.3 do Termo de Referência, referentes ao Sistema de Informações Geográficas (SIG) Corporativo, tanto para ambiente Intranet quanto Internet (acesso público).

10.6.4 - A avaliação será conduzida por Comissão Técnica designada pela Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, composta por servidores com conhecimento nas áreas de Geoprocessamento, Tecnologia da Informação e Gestão Tributária, formalmente nomeados por Portaria. Serão avaliados, entre outros, os seguintes aspectos:

- **Aderência Funcional:** Verificação de que todas as funcionalidades “OBRIGATÓRIAS” especificadas neste Termo de Referência são plenamente operacionais e atendem aos requisitos.
- **Usabilidade e Desempenho:** Avaliação da facilidade de uso do sistema, da velocidade de processamento das informações e da estabilidade da plataforma.
- **Integração:** Demonstração da capacidade de integração com o Sistema Tributário existente (Betha Sistemas), conforme item 7 deste Termo de Referência.
- **Segurança:** Observância dos requisitos de segurança da informação, conforme aplicável à PoC.

10.6.5 - A Comissão Técnica elaborará Relatório de Avaliação da Prova de Conceito, contendo a descrição das atividades realizadas, os resultados obtidos e a conclusão quanto à aprovação ou reprovação da solução para fins de habilitação.

10.6.6 - Quanto aos resultados da Prova de Conceito:

- **Em caso de APROVAÇÃO** a Licitante Vencedora terá sua qualificação técnica confirmada, prosseguindo-se com os demais trâmites para a homologação do certame e a posterior contratação.
- **Em caso de REPROVAÇÃO**, entendida como o não atingimento do percentual mínimo de 85% (oitenta e cinco por cento) do total de itens avaliados na Prova de Conceito, a Licitante Vencedora será considerada inabilitada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas em lei e no Edital.

10.6.7 - **8** Os itens obrigatórios não demonstrados na Prova de Conceito, desde que o percentual mínimo de 85% tenha sido atingido, deverão ser integralmente implementados pela Contratada no prazo máximo de **60 (sessenta) dias** contados da assinatura do contrato, sem ônus adicionais para a Administração, sob pena de aplicação das sanções contratuais cabíveis.

10.6.8 - Administração, por meio da Comissão Técnica, Gestor de Contratos e Fiscal de Contratos, acompanhará a implementação das funcionalidades referidas no item 10.6.7, podendo solicitar demonstrações parciais e/ou finais para validação.

Nota 1: Os custos e despesas relacionados à preparação e execução da Prova de Conceito e à eventual implementação de funcionalidades adicionais conforme item 10.6.7 correrão por conta exclusiva da Licitante Vencedora, sem qualquer ônus para a Administração Municipal.

Nota 2: O presente processo de Prova de Conceito não gera direito adquirido à contratação, servindo apenas como etapa de validação técnica da proposta. A participação na licitação implica na aceitação plena e irrestrita das condições estabelecidas neste item e no Edital.

10.6.9 - A licitante vencedora deste certame será submetida à Prova de Conceito para demonstração das Características e Funcionalidades dos Sistemas, conforme tabelas elencadas no item **6.3 - Prova de Conceito** Termo de Referência. Para fins de aprovação na Prova de Conceito, a Licitante Vencedora deverá demonstrar o pleno funcionamento de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do total de itens listados nas tabelas, sendo todos eles considerados obrigatórios para a execução integral do objeto contratado. O não atingimento deste percentual mínimo implicará na inabilitação da licitante, nos termos do item 10.6.6. Os itens obrigatórios eventualmente não demonstrados na Prova de Conceito, desde que o percentual mínimo de 85% tenha sido atingido, deverão ser integralmente implementados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do contrato, conforme item 10.6.7.

11 - DA COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

11.1 - Para todos os fins do presente Edital e do procedimento licitatório, inclusive para atos de comunicação, notificação e intimação, a licitante deverá indicar endereço de correio eletrônico (e-mail) válido e ativo.

11.2 - Até a abertura das propostas, será considerado o e-mail informado no cadastro realizado no portal eletrônico utilizado para a realização do certame, sendo de exclusiva responsabilidade da licitante a manutenção e atualização dessas informações.

11.3 - Para fins de habilitação, a licitante deverá indicar formalmente endereço de e-mail por meio de declaração expressa, conforme modelo constante do Anexo II, sendo este o domicílio eletrônico oficial da empresa para todos os atos subsequentes do procedimento.

11.4 - As comunicações encaminhadas ao endereço eletrônico indicado na forma desta cláusula serão consideradas válidas e eficazes, independentemente de confirmação de leitura, não podendo a licitante alegar desconhecimento ou falha de comunicação.

12 – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, conforme art. 164 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do

certame.

12.3 - A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão, exclusivamente, ser realizados de forma eletrônica por meio do Portal de Compras de Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>).

12.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12.6 - Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta licitação, o licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

12.7 - O acompanhamento dos resultados e atos pertinentes a este Edital poderão ser consultados no Portal de Compras Públicas, que será atualizado automaticamente a cada nova etapa do certame.

13 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 - Encerrada a fase de disputa de lances no sistema eletrônico, momento em que os arrematantes se tornam conhecidos, abrir-se-á no sistema a etapa recursal quanto as PROPOSTAS, e ficará 10 (dez) minutos com o campo “Recursos” em aberto, para que os licitantes possam manifestar seu interesse em interpor recurso.

13.3 - Transcorrida a fase de habilitação no sistema eletrônico, abrir-se-á no sistema a etapa recursal e ficará 30 (trinta) minutos com o campo “Recursos” em aberto, momento este em que o licitante poderá registrar suas intenções recursais.

13.4 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.5 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, as quais deverão ser enviadas exclusivamente por meio de formulário eletrônico, disponível no Portal de Compras Públicas;
- c) Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.6 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema, disponível no site <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

13.7 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.8 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.9 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.10 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.11 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1 - O objeto deste Pregão será adjudicado à Licitante vencedora depois de decididos os recursos, quando houver.

14.2 - A adjudicação será realizada pelo Menor Preço por LOTE ÚNICO.

14.3 - O certame será sujeitoado à adjudicação e homologação pela respectiva Autoridade Competente.

15 – DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1 - Após a autoridade competente homologar o resultado da licitação, o adjudicatário será convocado para assinar Termo Contratual ou documento equivalente, preferencialmente por meio digital, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto ao Município de Tangará, sob pena de decair do direito à contratação, podendo, ainda, sujeitar-se às penalidades estabelecidas neste edital, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 90, §5º, da Lei 14.133/2021.

15.1.1 - Alternativamente, a Administração poderá encaminhar o contrato para assinatura, por correspondência eletrônica com confirmação de leitura ou mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado também no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

15.1.2 - A assinatura do contrato pela licitante vencedora poderá ser efetuada mediante assinatura eletrônica, com certificado digital do representante legal da empresa; através de assinatura de documento físico, efetuada mediante o comparecimento do representante legal da empresa; ou através de envio do contrato assinado através do correio.

15.2 - A contratação com os fornecedores, após a indicação pelo órgão gerenciador do contrato, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de Contrato, conforme o disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133 /2021.

15.3 - O prazo de vigência do contrato será de 8 (oito) meses e poderá ser prorrogado, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos dos artigos 105 e 106 da Lei 14.133/2021.

15.4 - Farão parte integrante do contrato ou documento equivalente todos os elementos apresentados pela empresa vencedora que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital, independentemente de transcrição.

15.5.1 - Obriga-se o Fornecedor, durante a vigência da Ata, efetuar a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste edital.

15.6 – O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.6.1 - As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do art. 125 da Lei 14.133/2021, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência do Contrato.

15.6.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

15.6.3 - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, poderá requerer a revisão dos preços nos termos do artigo 124, inciso I, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

15.6.4 - Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado, bem como as alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021, não poderão transfigurar o objeto da contratação.

15.6.5 - Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados, nos termos do art. 134 da Lei 14.133/2021.

15.6.6 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente do Contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

15.7 - Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

15.8 - O serviço será efetuado mediante expedição de Autorização ou outro documento equivalente.

15.8.1 - A efetivação da contratação de execução se caracterizará mediante o recebimento da Solicitação de Fornecimento, a qual passa a ter força de Contrato entre as Partes.

15.9 - O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante do Contrato, independente de transcrição.

16 – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

16.1 - Cabe ao Município:

16.1.1 - A definição do objeto desta Licitação;

16.1.2 - Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

16.1.3 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

16.1.4 - Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;

16.1.5 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

16.1.6 - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

16.1.7 - Efetuar o pagamento, de acordo com as condições e prazos estabelecidos neste Edital e Termo de Referência;

16.1.8 - Promover, através do Fiscal do Contrato, o acompanhamento e a fiscalização do Contrato, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da Administração;

16.1.9 - Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela Contratada;

16.1.10 - Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente o serviço contratado;

16.1.11 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, bem como sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução do Contrato.

16.1.12 - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

16.1.13 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

16.1.13.1 - A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, admitida a prorrogação motivada, por igual período, nos termos do art. 123, § único da Lei 14.133/2021.

16.2 - Cabe à Proponente Vencedora:

16.2.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

16.2.2 - Executar o objeto de acordo com o Termo de Referência, projetos e memorial descritivo, quando for o caso, e anexos do presente edital, bem como, exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais/serviços solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

16.2.3 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

16.2.4 - Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

16.2.5 - Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

16.2.6 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

16.2.7 - Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preços.

16.2.8 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

16.2.9 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

16.2.10 - O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual mediante certidão emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal mediante certidão emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de regularidade trabalhista, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- g) Certidão negativa de recuperação fiscal/falência/concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida(s) até 90 (noventa) dias antes da data limite para apresentação das propostas.

16.2.10.1 - Caso o contratado prefira, poderá realizar a verificação da regularidade através do Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF.

16.2.11 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

16.2.12 - Deverá o Fornecedor assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica em caso de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a prestação do serviço ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do Município.

16.2.13 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

16.2.14 - Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

16.2.15 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

16.2.16 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16.2.17 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16.2.18 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

16.2.19 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

16.2.20 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

16.2.21 - Para fins de atendimento ao disposto na Lei n.º 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), as informações e dados apresentados para participar do processo licitatório,

são de domínio público, em razão dos princípios do interesse público e da publicidade dos atos efetuados pela municipalidade.

16.2.21.1 - A Proponente obriga-se ainda, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a manter sigilo de todas as informações sobre os dados pessoais e dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução da contratação, sendo vedado o repasse dessas informações, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do objeto contratado.

17 - DO PAGAMENTO

17.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

17.1.1 - Ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias, o valor devido por esta Administração será corrigido monetariamente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

17.2 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados pela proponente por ocasião da habilitação. Deverá conter também, a descrição do item, preço unitário e total, de conformidade com a proposta da contratada.

17.2.1 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

➤ MUNICÍPIO DE TANGARÁ - Avenida Irmãos Piccoli, 267, Centro, Tangará, SC, CNPJ nº 82.827.999/0001-01.

17.3 – Devem ainda constar na Nota Fiscal o número do respectivo Processo Licitatório, assim como da Solicitação de Fornecimento, o número da conta bancária da empresa e demais informações que o município vir a requisitar que constem no referido documento.

17.4 - O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos válidos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual mediante certidão emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal mediante certidão emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de regularidade trabalhista, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- g) Certidão negativa de recuperação fiscal/falência/concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida(s) até 90 (noventa) dias antes da data limite para apresentação das propostas.

17.4.1 - Caso o contratado prefira, poderá realizar a verificação da regularidade através do Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF.

17.5 – O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: nfe@tangara.sc.gov.br ou contabil@tangara.sc.gov.br para seu devido pagamento.

17.6 - A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.

17.7 - Existindo algum imposto ou contribuição que incida sobre o objeto contratado, estes serão retidos para posterior recolhimento, os mesmos deverão ser destacados na nota fiscal conforme legislação vigente Municipal, Estadual e Federal.

17.7.1 - A contratada assume o compromisso e a responsabilidade de destacar no documento fiscal quaisquer impostos ou contribuições passíveis de retenção, assumindo assim o ônus sobre uma posterior apuração tributária por algum órgão público de quaisquer tributos ou contribuições que a contratada não tenha efetuado o destaque no documento fiscal e desta forma não ter havido o respectivo recolhimento, inclusive se comprometendo a ressarcir o erário público municipal por possível autuação.

17.8 - CONFORME DECRETO 079, DE 25 DE JULHO DE 2023 SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NOS PAGAMENTOS EFETUADOS PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL (INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012 E 2145 DE 26 DE JUNHO DE 2023):

17.8.1 - Pertence ao Município, aos Estados e ao Distrito Federal a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, conforme disposto nos arts. 158, I, e 157, I, da Constituição Federal.

17.8.2 - Aos pagamentos realizados à pessoa jurídica, efetuados pelo Município de Tangará, inclusive seus fundos e fundações, a partir de 01 de agosto de 2023, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, inclusive obras, deverá ser procedida a retenção de Imposto de Renda - IR, salvo imunidade, isenção e/ou dispensa prevista em legislação em vigor, tendo como base a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e alterações posteriores, devendo também observar o disposto no referido Decreto.

17.8.3 - Ficam excetuados da regra de retenção de que trata, os seguintes pagamentos:

- a) Realizados em regime de adiantamento.
- b) Até a adequação necessária, aqueles pagamentos que comprovadamente não sejam possíveis o destaque da retenção no documento fiscal emitido.

17.8.4 - A obrigação de retenção de IR alcançará todas as relações de compras, os pagamentos e os contratos efetuados pelos órgãos e pelas entidades Pertencentes ao Município, aos Estados e ao Distrito Federal, inclusive convênios com organizações da sociedade civil, com exceção das dispensas previstas na legislação em vigor. A Contratada elencada nas disposições deste decreto, deverá apresentar os respectivos comprovantes de enquadramento consistentes nas declarações contidas nos anexos II, III e IV, da IN 1.234/2012, conforme o caso.

17.8.5 - A Contratada deverá indicar no campo de observação do documento fiscal sua condição de imunidade, isenção e/ou dispensa com o respectivo amparo legal. Na ausência da informação, o Setor de Contabilidade, através da Secretaria de Administração e Finanças procederá a retenção do imposto

conforme as alíquotas contidas no Anexo I da IN RFB n. 1.234/2012, ou outro documento que por ventura venha a substituí-lo.

17.8.6 - Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

18 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 – Os recursos para pagamento do objeto do presente Edital estarão garantidos através das dotações orçamentárias:

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
Atividade 2023

3.3.90.39.05.500 – Aplicações Diretas

19 – DA FISCALIZAÇÃO

19.1 – A fiscalização do contrato oriundo deste processo ficará a cargo do(s) servidor (es) abaixo mencionado(s) devidamente nomeado pela Portaria nº 313, de 26 de março de 2026.

a) Gestor de Contratos: CARLOS EDUARDO PEREIRA TITÃO, telefone (49) 3532-7451, e-mail: licita@tangara.sc.gov.br.

a) Fiscal de Contrato: MARCO ANTONIO PRETTO ZANCANELLI, telefone (049) 3532-7460, e-mail: engenharia@tangara.sc.gov.br.

b) Fiscal de Contrato: SCHAIANE MÜCKE, telefone (049) 3532-7460, e-mail: engenharia3@tangara.sc.gov.br.

c) Fiscal de Contrato: TASIANA RODRIGUES GUIMARÃES HEEMANN, telefone (49) 3532-7494, e-mail: ti@tangara.sc.gov.br.

d) Fiscal de Contrato: CAMILA BRUNS, telefone (49) 3532-7459, e-mail: tributos@tangara.sc.gov.br.

e) Fiscal de Contrato: TALITA RAMPON BUYNO, telefone (49) 9196-4062, e-mail: tributos@tangara.sc.gov.br.

19.2 - Caberá a(os) fiscal(is) da contratação, verificar se os itens, objeto do presente Edital, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como legitimar a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado, orientando as autoridades da necessidade de serem aplicadas sanções ou a rescisão contratual.

19.3 - O fiscal do contrato anotará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

19.4 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato informará ao gestor, para que sejam adotadas as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

19.5 - A omissão, total ou parcial, da fiscalização, não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

20 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

20.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

20.1.1 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.

20.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.
- d) deixar de apresentar amostra.
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

20.1.3 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

20.1.4 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou aceitar após o prazo estabelecido pela Administração.

20.1.5 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

20.1.6 - Fraudar a licitação.

20.1.7 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento.
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

20.1.8 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

20.1.9 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

20.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência.
- b) Multa.
- c) Impedimento de licitar e contratar.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto.
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.4 - Para as infrações previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2, 19.1.3 e 19.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

20.5 - Para as infrações previstas nos itens 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7, 19.1.8 e 19.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

20.6 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

20.7 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.8 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.1.1, 19.1.2, 19.1.3 e 19.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

20.9 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7, 19.1.8 e 19.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2, 19.1.3 e 19.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

20.10 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou aceitar após o prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 19.1.3 e 19.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

20.11 - A apuração de infrações administrativas cometidas por licitantes e contratados, e a aplicação de sanções, será realizada por comissão composta por 3 (três) servidores, conforme o decreto n.º 85 de 09 de agosto de 2023, que avaliará fatos e circunstâncias e instaurará, procedimento administrativo para apuração dos fatos.

20.12 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

20.13 - Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura do contrato, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as poderão ser aplicadas da seguinte forma, cumulativamente ou não:

- a) Advertência;

- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Município de Tangará, por prazo não superior a 03 (três) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior, na forma do §6º, do art. 156, da Lei 14.133/21.

20.14 - Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

- a) Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela Contratada da ordem de serviços.
- b) Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

20.15 - O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente Contratada:

20.15.1 - Se o valor a ser pago à proponente Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 30 (trinta) dias, contado da comunicação oficial.

20.15.2 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente Contratada ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

21 - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

21.1 - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

21.1.1 - Acerca da extinção contratual, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

21.1.2 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

21.1.3 - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

21.2 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

21.2.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

21.2.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

21.2.3 - Indenizações e multas.

21.3 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

22 - DA VIGÊNCIA

22.1 - O prazo de vigência será de 8 (OITO) MESES, contados da data de publicação da mesma, podendo ser prorrogada de acordo com a Lei n.º 14.133/2021 e alterações posteriores.

22.2 - O contrato decorrente deste Edital, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

23 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 - O resultado desta licitação será lavrado em Ata, disponível a toda a sociedade no portal <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> e no site do Município <https://www.tangara.sc.gov.br>, e será assinada pelo Pregoeiro.

23.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada e comunicada aos licitantes por meio do site oficial do município e Portal de Compras Públicas.

23.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.8 - O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará o afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública e desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9 - Caberá a autoridade competente, revogar, anular ou homologar esta Licitação, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações.

23.10 - Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n.º 14.133/2021 e Lei Complementar n.º 123/06.

23.11 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.12 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e/ou endereço eletrônico (<https://tangara.sc.gov.br/licitacoes/>)

23.13 - No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a abertura da licitação ou alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.

23.14 - Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes à Administração Municipal não serão consideradas como motivos para impugnações.

23.15 - Para fins de atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), as informações e dados apresentados para participar do processo licitatório, são de domínio público, em razão dos princípios do interesse público e da publicidade dos atos efetuados pela municipalidade.

23.15.1 - A Proponente obriga-se ainda, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a manter sigilo de todas as informações sobre os dados pessoais e dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução da contratação, sendo vedado o repasse dessas informações, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do objeto contratado.

23.16 – O Prefeito Municipal poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, devendo anulá-la no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

23.17 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.18 – Os interessados que tiverem dúvidas na interpretação dos termos deste Edital serão atendidos pessoalmente no período das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, no Departamento de Licitações junto a Prefeitura Municipal de Tangará - SC, situada a Av. Irmãos Piccoli, 267, 2º andar, centro, ou pelo telefone (49) 3532-7458, ou através do e-mail licita2@tangara.sc.gov.br.

23- Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

Anexo I - Termo de Referência.

Anexo II - Dados Gerais da Proponente Vencedora.

Anexo III - Modelo de Declaração Única.

Anexo IV - Minuta do Contrato.

24 - DO FORO

24.1 - Todas as controvérsias ou reclamações relativos ao presente processo licitatório serão resolvidos pela Comissão, administrativamente, ou no foro da Comarca de Tangará/SC, se for o caso.



PREFEITURA DE
TANGARÁ

ALDAIR BIASIOLO
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE TANGARÁ

Avenida Irmãos Píccoli, 267 - Centro Telefone: 49 3532.1522 www.tangara.sc.gov.br

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026 TERMO DE REFERÊNCIA

I - DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO TERRITORIAL E TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ, COMPREENDENDO: AEROFOTOGRAMETRIA E SEU PROCESSAMENTO, ATUALIZAÇÃO CADASTRAL MULTIFINALITÁRIA DE IMÓVEIS E LOGRADOUROS, ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES (PGV), IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS CORPORATIVO INTEGRADO, ALÉM DE TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO CONTÍNUO.

II – DA JUSTIFICATIVA

O Município de Tangará enfrenta uma **acentuada defasagem e inconsistência em seus dados cadastrais imobiliários e territoriais**, situação que compromete seriamente a gestão urbana e a arrecadação tributária. Anualmente, um volume significativo de novas construções, reformas e ampliações é executado sem o devido registro no Cadastro Imobiliário municipal, o que impede que a fiscalização acompanhe o ritmo acelerado destas modificações.

Essa desatualização cadastral, que remonta a mais de 15 (quinze) anos desde a última revisão, resulta na **perda de receitas cruciais** provenientes do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), cujo cálculo está diretamente ligado à área construída e ao valor venal dos imóveis. Além do impacto financeiro, a falta de dados precisos e atualizados **prejudica o planejamento urbano**, a elaboração de projetos de infraestrutura, o controle do uso e ocupação do solo, o monitoramento ambiental e a tomada de decisões estratégicas em áreas vitais como habitação, mobilidade e saneamento.

A ausência de um **Sistema de Informações Geográficas (SIG) corporativo integrado**, aliado à carência de ferramentas modernas de georreferenciamento, agrava essa deficiência técnica. Atualmente, a Administração Municipal opera com uma produtividade aquém do necessário para levantamentos e análises, gerando transtornos e elevando os riscos de inconsistências, o que impede a consolidação de uma base de dados única, confiável e multifinalitária.

Dessa forma, a presente contratação é **imperativa** para corrigir essas distorções, possibilitando a ampliação da arrecadação própria sem necessidade de majoração de alíquotas, a promoção da justiça fiscal e a modernização da administração tributária, com ganhos significativos em eficiência, transparência e autonomia municipal.

III - DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

MODALIDADE: Pregão eletrônico

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS: Menor preço Global.

Nota: Esta escolha se fundamenta na capacidade do Município de descrever objetivamente os padrões de desempenho e qualidade esperados para cada produto e etapa da contratação, conforme detalhado neste Termo de Referência. As especificações técnicas referentes à aerofotogrametria, processamento de dados, atualização cadastral, fornecimento e implantação do sistema corporativo, bem como ao treinamento e suporte técnico, permitem que o objeto seja enquadrado como **serviço comum**. Seus

requisitos podem ser definidos de forma padronizada e mensurável, sem a necessidade de análise de soluções técnicas subjetivas, em conformidade com o Art. 6º, inciso XIII, e Art. 29, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Desta forma, o critério de menor preço global, com observância rigorosa das especificações técnicas mínimas aqui estabelecidas, revela-se o mais adequado para a seleção da proposta mais vantajosa e para a eficiente gestão dos recursos públicos, assegurando ampla competitividade e transparência.

IV – DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

1 DA COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICA

- 1.1 Para execução da Cobertura Aerofotogramétrica, a Contratada deverá utilizar Câmara Aerofotogramétrica Digital e Perfilador a Laser aerotransportado.
- 1.2 Os serviços compreendem a Cobertura Aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais coloridas com GSD (pixel) de 6 cm ou melhor precisão, e elaboração de foto índices na escala 1:5 .000;
- 1.3 Deverá ser utilizada aeronave devidamente adaptada e homologada para execução da Cobertura Aerofotogramétrica, possuindo características de estabilidade, sustentação, teto de serviço, autonomia de voo e equipamentos de orientação e navegação compatíveis com as prescrições do serviço a ser realizado;
- 1.4 A Câmara Aerofotogramétrica Digital deverá estar acoplada a uma plataforma giro estabilizada e com sistema de compensação de arrastamento ou equivalente;
- 1.5 A Câmara Aerofotogramétrica Digital deverá estar equipada com sistema óptico para fins cartográficos, devidamente calibrada, com certificado de calibração com prazo de emissão não superior a 02 (dois) anos, documento este que deverá ser apresentado a equipe técnica municipal para comprovação.
- 1.6 A cobertura estereoscópica deverá ter superposição longitudinal de 80% (oitenta por cento) e superposição lateral de 40% (quarenta por cento).
- 1.7 A tomada das fotografias deverá ser feita com sol acima do círculo de altura de 30 graus, com finalidade de se evitar a projeção excessiva de sombras.
- 1.8 A inclinação máxima do eixo ótico da Câmara em relação à vertical do lugar, não deverá exceder a 03 (três graus sexagesimais) por foto, admitindo-se na Cobertura Aerofotogramétrica como um todo, uma inclinação média de até 02 (dois) graus.
- 1.9 O ângulo de rotação horizontal entre exposições consecutivas será o menor possível, sendo admitida uma tolerância média por faixa de 03 (três) graus e em casos isolados de no máximo 05 (cinco) graus sexagesimais.
- 1.10 Os equipamentos e materiais utilizados no processamento das imagens deverão garantir os padrões exigidos para trabalhos fotogramétricos, isentando-se de halos, listas luminosas, marcas estáticas,

riscos e névoas e, ainda, proporcionar um perfeito equilíbrio de densidade e contraste, não havendo excessos de luz ou sombras densas.

- 1.11 Não deverá existir incidência de nuvens na área de cada imagem capturada.
- 1.12 O foto-índice será montado a partir da superposição das fotos aéreas em que apareça claramente a identificação marginal constante na parte superior de cada fotografia e com as faixas de voo superpostas lado a lado.
- 1.13 O transporte do apoio planialtimétrico para as áreas de trabalho deverá ser feito a partir de vértices da Rede de Apoio Geodésico Fundamental do IBGE de forma a garantir a precisão de 02 cm na horizontal e 04 cm na vertical.
- 1.14 A Contratada deverá planejar a distribuição do apoio de campo, os métodos e instrumentos selecionados, de forma a garantir a precisão de 0,20m (metros) no posicionamento horizontal e de 0,12m (metros) no posicionamento vertical.
- 1.15 A densificação dos pontos de apoio para a orientação absoluta de cada modelo fotogramétrico poderá ser realizada através de aerotriangulação, a qual deverá ser executada em instrumento com acuidade horizontal superior a 10 micra na escala média das fotografias aéreas.
Justificativa: Justifica-se pela necessidade de garantir elevada precisão planimétrica e confiabilidade geométrica dos produtos gerados, como ortofotos, modelos digitais e bases cartográficas. Esse procedimento assegura o correto posicionamento espacial das imagens, reduzindo distorções, propagação de erros e inconformidades entre modelos adjacentes, o que é essencial para aplicações urbanas, cadastro imobiliário, atualização da Planta Genérica de Valores e apoio a projetos de engenharia. Dessa forma, a exigência contribui para a qualidade técnica dos dados, a compatibilidade entre produtos e a segurança das análises e decisões baseadas nessas informações, atendendo aos princípios da eficiência, precisão e economicidade na gestão pública.
- 1.16 Os pontos fotogramétricos deverão ser escolhidos a partir da avaliação do técnico responsável pela aerotriangulação para se garantir o produto na qualidade e na escala compatível.

2 DO PERFILAMENTO A LASER

- 2.1 A distância de cada bloco LiDAR à estação de monitoramento contínuo mais próximo não pode exceder os 30 km.
- 2.2 Devem ser consideradas as seguintes margens para além do bloco LiDAR ou área de trabalho:
 - 2.2.1 200 m para além do limite e paralelamente à direção de voo.
 - 2.2.2 400 m para além do limite e perpendicular à direção do voo.
- 2.3 Ângulo transversal do perfilamento: $\leq \pm 25^\circ$.
- 2.4 A densidade média de pontos ao nível do solo deverá ser de no mínimo 4 pontos / m² (quatro pontos por metro quadrado).
- 2.5 Na uniformidade da densidade dos pontos laser é requerido que os pontos cubram a superfície de forma homogênea com relação entre a distância entre pontos ao longo de uma linha e a média da

distância entre linhas consecutivas, no centro da linha de voo, seja entre 1:1.5 e 1.5:1.

- 2.6 Diâmetro do ponto laser ao nível do solo deverá ser de ≤ 0.50 m.
 - 2.7 O bloco LiDAR deve ser coberto por linha de voo paralelas com uma sobreposição lateral de no mínimo $\geq 20\%$.
 - 2.8 A sobreposição mínima entre linhas de voo: ≥ 100 m.
 - 2.9 Comprimento máximo de uma linha de voo: ≤ 40 km.
 - 2.10 Direção de voo Norte/Sul ou Leste Oeste.
 - 2.11 Precisão altimétrica quando medida em superfícies planas e sem obstáculos ≤ 0.10 m.
 - 2.12 Registro de pelo menos 4 (quatro) reflexos laser por pulso.
 - 2.13 Registro da intensidade do sinal refletido (255 tons de cinzento).
 - 2.14 Obrigatoriedade de uso de plataforma giro estabilizada.
 - 2.15 Obrigatoriedade de posicionamento integrado GPS / INS, com obtenção dos parâmetros de posicionamento do sensor, tempo de exposição e ângulos de rotação associados.
 - 2.16 A análise da completude, densidade e uniformidade deve ser efetuada linha de voo a linha de voo e antes do ajustamento para a totalidade do bloco LiDAR.
 - 2.17 A área de interesse deve estar coberta na totalidade por dados LiDAR.
 - 2.18 Análise da densidade do LiDAR:
 - 2.18.1 A análise da densidade deve ser feita por linha de vôo.
 - 2.18.2 Na análise da densidade devem ser apenas analisados os pontos correspondentes à ultima reflexão.
 - 2.18.3 É obrigatória a obtenção da densidade especificada em pelo menos 95% da área.
 - 2.19 Análise da uniformidade do LiDAR.
 - 2.19.1 A análise da uniformidade deve ser feita por linha de vôo.
 - 2.19.2 Na análise da uniformidade devem ser apenas analisados os pontos correspondentes a ultima reflexão.
 - 2.19.3 A análise da uniformidade dos pontos laser é requerido que os pontos cubram a superfície de forma homogênea e que o índice entre a distância entre pontos ao longo de uma linha e a média da distância entre linhas consecutivas, na área central da linha de voo. Este indicador deve ser obtido ao longo da área central de cada linha de voo e em 95% dos casos.
 - 2.20 Filtragem Lidar e Geração de Modelo Digital de Terreno e Modelo Digital de Superfície:
 - 2.20.1 Deverá ser gerado modelo digital de terreno, que é a representação do terreno através de uma malha regular de pontos.
 - 2.20.2 O MDT deverá ser gerado com uma grid de 01 metro em ambas as direções e gravado no formato ASCII em Esri grid.
- Justificativa: Justifica-se pela necessidade de assegurar precisão altimétrica compatível com o uso urbano, permitindo análises confiáveis de relevo, drenagem, ocupação do solo e apoio ao cadastro

imobiliário. A adoção dessa resolução garante detalhamento suficiente para a tomada de decisões técnicas, enquanto a exigência de entrega do Modelo Digital do Terreno (MDT) no formato ASCII Esri Grid fundamenta-se em sua ampla aceitação como padrão técnico de intercâmbio de dados raster em sistemas de informações geográficas (SIG). Trata-se de um formato aberto, estruturado em texto, que preserva integralmente as informações altimétricas e geoespaciais, permitindo leitura, validação, edição e conversão em diferentes plataformas de software, como QGIS, ArcGIS e outros sistemas corporativos. Sua adoção assegura interoperabilidade, transparência e independência tecnológica, evitando a vinculação do Município a soluções proprietárias, além de facilitar o arquivamento, auditorias técnicas e reutilização futura dos dados em projetos de engenharia, planejamento urbano, cadastro imobiliário e gestão territorial.

- 2.20.3 A partir dos dados obtidos ao nível do terreno deve ser construída a rede de triângulos e gerado o modelo digital de terreno.
- 2.20.4 A partir dos dados obtidos de todos os pontos do levantamento deve ser construída a rede de triângulos e gerado o modelo digital de superfície.
- 2.20.5 O MDT deverá representar única e exclusivamente o solo.
- 2.20.6 O MDS deverá representar, além do solo, a altitude dos objetos na superfície.
- 2.20.7 O MDS deverá ser gerado com uma grid de 01 metro em ambas as direções e gravado no formato ASCII em Esri grid.
- 2.20.8 A nuvem de pontos LiDAR georreferenciada, após o ajustamento relativo e absoluto, e após a classificação e com o atributo RGB, deverá ser entregue dividida nos seguintes atributos:
 - a) Arquivo digital - LAS
 - b) Divisão dos pontos LiDAR em classes (de acordo com o formato LAS):
 - b.1) Pontos processados, mas não classificados.
 - b.2) Pontos que representam o terreno.
 - b.3) Pontos que representam a vegetação.
 - b.4) Pontos que representam as edificações.
 - b.5) Ruído (pontos muito abaixo ou muito acima da superfície).

3 DA GERAÇÃO DE ORTOFOTOS

- 3.1 Deverão ser geradas Ortofotos digitais coloridas, na escala 1:1.000, com GSD (pixel) de 6 cm (seis) cm ou melhor precisão;

Para a geração das Ortofotos digitais (Ortorretificação das imagens), na escala de 1:1.000, deverão ser utilizadas estações fotogramétricas digitais, utilizando-se as imagens obtidas e as coordenadas e altitudes geradas na etapa de aerotriangulação, bem como os dados do Perfilamento a Laser.

- 3.2 O sistema de coordenadas deverá ser UTM, referenciada ao referencial geodésico SIRGAS 2000.
- 3.3 As Ortofotocartas digitais coloridas deverão ser no formato TIFF para a imagem e TFW para a orientação.
- 3.4 Concluídos os procedimentos descritos acima, ter-se-á as imagens ortorretificadas individualmente. Na sequência este conjunto de imagens deverá ser mosaicado, formando assim uma imagem única de toda a área de interesse. Posteriormente esta imagem única será tratada radiometricamente, objetivando a equalização e homogeneização dos diversos tipos de cores.
- 3.5 Padrão de Exatidão Cartográfico:

3.6.1. Conforme determina o Decreto nº 89817/1984, o qual estabelece as Instruções Reguladoras das Normas Técnicas da Cartografia Nacional, em seu capítulo II – art. 8º, os produtos aerofotogramétricos deverão atender o Padrão de Exatidão Cartográfica – “PEC CLASSE A”, para mapeamento na escala 1:1.000.

4 DO LEVANTAMENTO CADASTRAL

4.1 O Município irá disponibilizar toda Base Cadastral Georreferenciada pré-existente em formato de Banco de Dados Espacial (PostgreSQL ou outro, compatível com padrão SQL), levantamentos topográficos, plantas de loteamentos, bem como todo e qualquer material cartográfico existente e que possa ser utilizado como referência aos serviços a serem prestados.

4.2 A Base de Dados Espacial existente possui as seguintes camadas:

Camada	Tipo de entidade	Geocodificação
Bairro	Polígono	Código do Bairro
Distrito	Polígono	Código do Distrito
Setor	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor
Quadra	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra
Lote	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra + Número do Lote
Edificação/ Unidade	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra + Número do Lote + Número da Edificação + Número da Unidade
Piscina	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra + Número do Lote + Código da Piscina
Seção de Logradouro	Polilinha	Código do Logradouro + Código da Seção
Zoneamento	Polígono	Código do Zoneamento

4.3 O Levantamento Cadastral será realizado na área urbana e de expansão urbana no Município, abrangendo um universo estimado de 3.500 (três mil e quinhentas) unidades imobiliárias, compreendendo o tratamento de situação inerente aos Lotes que atualmente se encontram como baldios na Base de Dados Espacial e que em campo apresentam área construída não lançada, ou nos Lotes que apresentarem aumento da área construída superior a 10 m² (dez metros quadrados) quando comparada a existente no Banco de Dados Espacial, ou nos Lotes existentes em campo e não lançados, enfatizando a busca de alterações ou de inclusões de registros cadastrais singularmente conhecidos ou não conhecidos pela Prefeitura Municipal

4.3.1 Para identificação das unidades imobiliárias a serem levantadas, estimadas em 3.500 (três mil e quinhentas), deverão ser utilizadas as Ortofotocartas digitais coloridas em escala 1:1.000 (GSD de 6 cm) previstas neste Termo de Referência.

4.4 O Levantamento georreferenciado das unidades imobiliárias enquadradas nos parâmetros acima, deverão obrigatoriamente ser obtidas através de medições em campo, não sendo admitida a utilização de medidas oriundas de Restituição, Vetorização ou qualquer forma de interpretação sobre as Ortofotocartas.

4.4.1 Os Croquis das Plantas de Quadras contendo os Lotes e Edificações com suas respectivas medidas levantadas em campo deverão ser disponibilizadas para equipe técnica de fiscalização do Município sempre que solicitado, a fim de aferir os procedimentos de Levantamento Cadastral.

- 4.5 Quando não for possível proceder com o Levantamento cadastral de algum imóvel, deverá constar no croqui e posteriormente no Banco de Dados, qual o motivo:
- 4.5.1 Proprietário ausente.
 - 4.5.2 Medição não autorizada pelo proprietário.
 - 4.5.3 Edificação não habitada/ Imóvel sem acesso.
- 4.6 Deverão ser programadas equipes para trabalhar aos sábados a fim de revisitar os locais em que os proprietários estavam ausentes, sendo realizada pelo menos 01 (uma) revisita.
- 4.7 Os atributos alfanuméricos e imagens digitais frontais de cada unidade imobiliária deverão ser coletadas através de coletores de dados digital com câmeras digitais acopladas ou integradas, com resolução mínima de 10 (dez) megapixel, de acordo com o Boletim de Cadastro Imobiliário atualmente usado pela Prefeitura Municipal.**
- 4.8 Considera-se uma unidade imobiliária:
- 4.8.1 Terreno Baldio não existente no Banco de Dados atual
 - 4.8.2 Casa não existente no Banco de Dados atual ou com ampliação da área construída
 - 4.8.3 Apartamento não existente no Banco de Dados atual ou com ampliação da área construída
 - 4.8.4 Sala/ Loja não existente no Banco de Dados atual ou com ampliação da área construída
 - 4.8.5 Galpão não existente no Banco de Dados atual ou com ampliação da área construída
 - 4.8.6 Edícula não existente no Banco de Dados atual ou com ampliação da área construída
 - 4.8.7 Garagem não existente no Banco de Dados atual ou com ampliação da área construída
 - 4.8.8 Telheiro não existente no Banco de Dados atual ou com ampliação da área construída
 - 4.8.9 Box de Garagem não existente no Banco de Dados atual ou com ampliação da área construída
- 4.9 Na sequência que os bairros forem sendo levantados e processados, deverão ser preparados pela Contratada os arquivos contendo as Cartas de Notificação aos contribuintes dos imóveis que apresentarem alteração em dados cadastrais detectada, mediante texto e critérios estabelecidos pelo Município.
- 4.9.1 A Notificação deverá ser gerada em arquivo no formato PDF.
 - 4.9.2 Deverá constar no mínimo a foto de fachada do imóvel, Mapa de Localização destacando o Imóvel, e diferença da área construída, que será comparada com a atualmente existente no Sistema de Gestão Tributário.
- 4.10 A notificação será impressa e enviada aos contribuintes dos imóveis pela Prefeitura.
- 4.11 Todo o pessoal de campo deverá estar uniformizado e devidamente identificado por crachá impresso com seu nome, identificação da empresa e telefones da Prefeitura, para possível consulta por parte do entrevistado.
- 4.12 Ficará a cargo da Contratada, a geração de arquivo com todas as alterações e novos cadastros, que deverá ser definido de comum acordo com a equipe técnica Municipal.
- 4.13 Quanto a Qualidade e Resolução das Imagens, as imagens capturadas deverão possuir qualidade visual, nitidez e resolução efetiva que permitam a clara identificação das características de logradouro e de fachada dos imóveis, tais como tipo e número de pavimentos, existência de guias, sarjetas, calçadas, postes, sinalização e numeração de fachada, quando visíveis ao nível do logradouro. A resolução total do sistema de captura deverá ser suficiente para garantir a clareza visual e o

detalhamento necessário em todas as direções da imagem 360°.

- 4.14 Quanto a Acurácia Posicional e de Orientação, o posicionamento geográfico das imagens capturadas deverá apresentar acurácia posicional de, no mínimo, 1 metro (100 cm). A precisão do azimuth, que se refere à orientação da imagem/câmera, deverá ser inferior a 5 graus (5°). Para garantir a acurácia posicional especificada, o sistema de posicionamento utilizado deverá empregar tecnologias, como GNSS de alta precisão, IMU, odometria, entre outras, que, em conjunto, atinjam o desempenho exigido.
- 4.15 A Continuidade da Captura e Ausência de Desfoque, o sistema de captura de imagens deverá garantir uma sobreposição contínua e sem lacunas ao longo do percurso dos logradouros, permitindo uma visualização ininterrupta e sem emendas visíveis do ambiente. A velocidade de captura do sistema deverá ser adequada à velocidade de deslocamento do veículo, de modo a garantir a ausência de desfoque de movimento (motion blur) e a continuidade visual das imagens, mantendo a resolução e a qualidade especificadas, mesmo em velocidades de operação usuais.
- 4.16 A **Geocodificação e Formato de Entrega**, as imagens deverão ser geocodificadas com a acurácia posicional mínima de 1 metro, permitindo sua correta localização e associação a objetos geográficos e cadastrais do logradouro, independentemente do método de geocodificação empregado. Os arquivos de imagem deverão ser salvos em formato JPEG, otimizado para visualização e armazenamento, garantindo a fidelidade visual e o desempenho de carregamento. A resolução e dimensões dos arquivos deverão ser suficientes para cumprir os requisitos de qualidade visual definidos anteriormente.

5 DO LEVANTAMENTO CADASTRAL DOS LOGRADOUROS

- 5.1 Deverá ser executada a atualização da Base de Dados do Cadastro de Logradouros, contemplando a coleta de atributos alfanuméricos e imagem digital frontal de cada Seção de Logradouro existente, os quais deverão ser coletados através de coletores de dados digitais com câmeras digitais acopladas ou integradas, com resolução mínima de 10 (dez) megapixels, de acordo com o Boletim de Cadastro de Logradouros atualmente usado pela Prefeitura Municipal.

6 DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG) CORPORATIVO

- 6.1 Sistemas de Informações Geográficas (SIG) são tecnologias de Geoprocessamento que lidam com informação geográfica na forma de dados geográficos. Por sua vez, dados geográficos podem ser classificados como dados espaciais e dados de atributos. Estes dados permitem que se conheça a estrutura geométrica de entes espaciais (edificações, logradouros, hidrografia, lotes, etc.) bem como sua posição no espaço geográfico.
- 6.2 O Sistema deverá apresentar **número de licenças ilimitada e por tempo indeterminado**, para uso exclusivo da Prefeitura Municipal.
Justificativa: Justifica-se pela necessidade de garantir acesso amplo, contínuo e integrado às informações geoespaciais por diferentes setores da Administração, tais como Planejamento, Engenharia, Tributação, Obras, Fiscalização e Meio Ambiente. A adoção de licenças ilimitadas

elimina restrições de uso por número de usuários, evita custos recorrentes e imprevisíveis com renovações ou ampliações de licenças e assegura a sustentabilidade financeira da solução no longo prazo. Além disso, o licenciamento por tempo indeterminado preserva a autonomia tecnológica do Município, impede a interrupção do acesso aos dados por questões contratuais futuras e garante a continuidade da gestão territorial e tributária.

6.3 Prova de Conceito:

6.3.1 A Prova de Conceito (PoC) tem como objetivo primordial verificar e validar, na prática, a aderência e o pleno funcionamento das “Características e Funcionalidades Obrigatórias dos Sistemas” apresentadas e ofertadas pela Licitante Vencedora, conforme detalhado neste item e seus subitens. Esta etapa visa assegurar que a solução proposta atenda integralmente às necessidades e requisitos técnicos especificados pelo Município de Tangará para a modernização da gestão territorial e tributária, minimizando riscos técnicos e operacionais.

6.3.2 A Prova de Conceito será realizada pela Licitante Vencedora do certame, durante a fase de Habilitação Técnica, antes da decisão final sobre a qualificação da licitante. A Licitante Vencedora será convocada formalmente pela Administração para apresentar sua solução, devendo dispor de todos os recursos necessários (hardware, software, equipe técnica, acesso remoto, etc.) para a demonstração das funcionalidades.

6.3.3 O prazo para a realização da PoC será de, no máximo, 10 (dez) dias úteis, contados da data da convocação formal, em local e horário a serem definidos pela Administração.

6.3.4 A Prova de Conceito consistirá na demonstração prática de todas as características técnicas e funcionalidades listadas como “OBRIGATÓRIAS” nas tabelas constantes deste item 6.3, referentes ao Sistema de Informações Geográficas (SIG) Corporativo, tanto para ambiente Intranet quanto Internet (acesso público).

6.3.5 A avaliação será conduzida por Comissão Técnica designada pela Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, composta por servidores com conhecimento nas áreas de Geoprocessamento, Tecnologia da Informação e Gestão Tributária, formalmente nomeados por Portaria. Serão avaliados, entre outros, os seguintes aspectos:

- **Aderência Funcional:** Verificação de que todas as funcionalidades “OBRIGATÓRIAS” especificadas neste Termo de Referência são plenamente operacionais e atendem aos requisitos.
- **Usabilidade e Desempenho:** Avaliação da facilidade de uso do sistema, da velocidade de processamento das informações e da estabilidade da plataforma.
- **Integração:** Demonstração da capacidade de integração com o Sistema Tributário existente (Betha Sistemas), conforme item 7 deste Termo de Referência.
- **Segurança:** Observância dos requisitos de segurança da informação, conforme aplicável à PoC.

6.3.6 A Comissão Técnica elaborará Relatório de Avaliação da Prova de Conceito, contendo a descrição das atividades realizadas, os resultados obtidos e a conclusão quanto à aprovação ou reprovação da solução para fins de habilitação.

6.3.7 Quanto aos resultados da Prova de Conceito:

- **Em caso de APROVAÇÃO** a Licitante Vencedora terá sua qualificação técnica confirmada, prosseguindo-se com os demais trâmites para a homologação do certame e a posterior contratação.
- **Em caso de REPROVAÇÃO**, entendida como o não atingimento do percentual mínimo de 85% (oitenta e cinco por cento) do total de itens avaliados na Prova de Conceito, a Licitante Vencedora será considerada inabilitada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas em lei e no Edital.

6.3.8 Os itens obrigatórios não demonstrados na Prova de Conceito, desde que o percentual mínimo de 85% tenha sido atingido, deverão ser integralmente implementados pela Contratada no prazo máximo de **60 (sessenta) dias** contados da assinatura do contrato, sem ônus adicionais para a Administração, sob pena de aplicação das sanções contratuais cabíveis.

6.3.9 A Administração, por meio da Comissão Técnica, Gestor de Contratos e Fiscal de Contratos,

acompanhará a implementação das funcionalidades referidas no item 6.3.8, podendo solicitar demonstrações parciais e/ou finais para validação.

Nota 1: Os custos e despesas relacionados à preparação e execução da Prova de Conceito e à eventual implementação de funcionalidades adicionais conforme item 6.3.8 correrão por conta exclusiva da Licitante Vencedora, sem qualquer ônus para a Administração Municipal.

Nota 2: O presente processo de Prova de Conceito não gera direito adquirido à contratação, servindo apenas como etapa de validação técnica da proposta. A participação na licitação implica na aceitação plena e irrestrita das condições estabelecidas neste item e no Edital.

6.3.10 A licitante vencedora deste certame será submetida à Prova de Conceito para demonstração das Características e Funcionalidades dos Sistemas, conforme tabelas a seguir. Para fins de aprovação na Prova de Conceito, a Licitante Vencedora deverá demonstrar o pleno funcionamento de, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do total de itens listados nas tabelas abaixo, sendo todos eles considerados obrigatórios para a execução integral do objeto contratado. O não atingimento deste percentual mínimo implicará na inabilitação da licitante, nos termos do item 6.3.7. Os itens obrigatórios eventualmente não demonstrados na Prova de Conceito, desde que o percentual mínimo de 85% tenha sido atingido, deverão ser integralmente implementados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do contrato, conforme item 6.3.8:

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO SISTEMA		
ITEM	DESCRIÇÃO	OBRIGATÓRIO
	Ter suporte para os principais navegadores de internet atualmente disponíveis, no mínimo, Microsoft Internet Explorer, Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome	X
	Não necessitar da instalação/ download de plug-ins, applets ou activeX nas estações cliente para seu funcionamento	X
	Apresentar Interoperabilidade da Base dos Dados devendo utilizar padrões do Open Geospatial Consortium (OGC), no mínimo <i>Web Map Services (WMS)</i> e <i>Web Feature Service (WFS)</i>	X
	Possibilidade de utilização de fontes externas, como OpenStreetMap, Microsoft Bing, entre outros	X
	A Contratada deverá fornecer o Sistema Gerenciador de Banco de Dados, seja ele Software Livre ou Proprietário, sem custos para o Município	X
	O Sistema deverá operar através de navegador de internet, preferencialmente na modalidade SaaS.	X

FUNCIONALIDADES PARA O SISTEMA EM AMBIENTE INTRANET (REDE INTERNA)		
ITEM	DESCRIÇÃO	OBRIGATÓRIO
1.	Consulta de Dados: Criação de expressões de consulta definidas pelo usuário, que permita o cruzamento de duas ou mais camadas	X
2.	Consulta de Dados: Possibilidade de delimitar área de interesse através de Distrito ou Setor ou Bairro ou Logradouro ou Quadra	X
3.	Consulta de Dados: Localizar imóvel através de Endereço	X
4.	Consulta de Dados: Localizar imóvel através de Inscrição Imobiliária	X
5.	Consulta de Dados: Localizar Edifício por nome de Edifício	X
6.	Consulta de Dados: Localizar Loteamento, Quadra ou Lote de Loteamento	X

7.	Consulta de Dados: Localizar Quadra através do número da Quadra	X
8.	Consulta de Dados: Localizar Distrito através do nome do Distrito	X
9.	Consulta de Dados: Localizar Setor através do nome do Setor	X
0.	Consulta de Dados: Localizar Bairro através do nome do Bairro	X
1.	Consulta de Dados: Localizar imóveis de Contribuinte através de Nome ou parte do Nome ou CPF/CNPJ	X
2.	Visualização de dados das Pessoas/ Contribuintes	X
3.	Consulta de Dados: Visualização de dados de determinado imóvel apontado pelo usuário, inclusive com a imagem frontal e Planta Cartográfica do mesmo	X
4.	Visualização do histórico de alterações cartográficas e de atributos de imóvel apontado pelo usuário	X
5.	Consulta de Dados: Geração e visualização de Memorial Descritivo de imóvel, apresentando lotes confrontantes, contribuintes confrontantes e coordenadas dos vértices	X
6.	Consulta de Dados: Visualização de dados de determinada Planta de Quadra apontada pelo usuário, gerada a partir da Base de Dados, listando os imóveis existentes na Quadra e Planta Cartográfica da mesma contendo os Lotes, Edificações, Logradouros, Área dos Lotes (texto), Testadas (texto), Área Construída de cada unidade (texto), Tipo de Edificação de cada unidade (texto)	X
7.	Consulta de Dados: Visualização de dados dos logradouros, inclusive com as imagens das Seções	X
8.	Consulta de Dados: Visualizar dados de Zoneamento	X
9.	Consulta de Dados: Realizar Consulta de Viabilidade para Parcelamento/ Desmembramento	X
0.	Consulta de Dados: Realizar Consulta de Viabilidade para Funcionamento	X
1.	Consulta de Dados: Geração e visualização nas Consultas de Viabilidade, imagem do imóvel, croqui de localização, metragens/áreas, parâmetros do zoneamento, usos permitidos ou permissíveis e código de autenticação	X
2.	Análise Espacial: Realizar cálculo de medidas lineares e áreas	X
3.	Análise Espacial: Visualização de imóveis localizados em determinado entorno (Buffer) definido pelo usuário	X
4.	Geração de Mapa de Calor (Hotmaps) para qualquer camada que possuir um ou mais itens de Cadastro	X
5.	Impressão/ Exportação de Dados: Apresentar formato de impressão A4 (Retrato e Paisagem)	X
6.	Impressão/ Exportação de Dados: Apresentar formato de impressão A3 (Retrato e Paisagem)	X
7.	Impressão/ Exportação de Dados: Apresentar formato de impressão A2 (Retrato e Paisagem)	X
8.	Impressão/ Exportação de Dados: Apresentar formato de impressão A1 (Retrato e Paisagem)	X
9.	Impressão/ Exportação de Dados: Apresentar formato de impressão A0 (Retrato e Paisagem)	X
0.	Impressão/ Exportação de Dados: Exportação de camada selecionada pelo usuário para o formato SHP	X
1.	Impressão/ Exportação de Dados: Os relatórios gerados deverão apresentar a opção de exportação para PDF e XLS (ou XLSX ou CSV)	X
2.	Tematização: Geração de Mapas Temáticos de Valores únicos de forma dinâmica	X

	(gerado no momento da requisição do usuário)	
3.	Tematização: Geração de Mapas Temáticos de Intervalo de Classes de forma dinâmica (gerado no momento da requisição do usuário)	X
4.	Tematização: Definição de cores para tematização por Valores únicos	X
5.	Tematização: Definição de cores para tematização por Intervalo de Classes	X
6.	Tematização: Definição do número de intervalos para tematização por Intervalo de Classes	X
7.	Tematização: Geração de Mapas Temáticos para qualquer camada que possuir um ou mais itens de Cadastro	X
8.	Estatísticas: Geração de dados estatísticos para qualquer camada que possuir um ou mais itens de Cadastro	X
9.	Estatísticas: Possibilidade de delimitar área de interesse através de Distrito ou Setor ou Bairro	
0.	Estatísticas: Apresentar informações do item de Cadastro selecionado, apresentando quantitativo, percentual e gráfico (coluna ou pizza)	X
1.	Estatísticas: Ao gerar estatísticas do item de Cadastro, possibilitar ao usuário também visualizar os gráficos diretamente o mapa de navegação (exemplo: no centro de cada Bairro) de acordo com a delimitação selecionada (Distrito ou Setor ou Bairro), permitindo assim, uma visão especializada do item de interesse	X
2.	Edição Cartográfica: Incluir e geocodificar Lote (geometria, inscrição imobiliária, área do Lote, testada (s), Logradouro e Seção de cada testada, ocupação do Lote (Baldio ou Construído) e Situação na Quadra (meio de quadra, esquina ou encravado))	X
3.	Edição Cartográfica: Incluir e geocodificar Edificação (geometria, inscrição imobiliária, área da Edificação/ Unidade, Tipo de Edificação, Pavimento da Unidade)	X
4.	Edição Cartográfica: Incluir e geocodificar Logradouro e Seções (geométrica, Código do Logradouro + Código da Seção (métrico) + Lado da Seção, comprimento)	X
5.	Edição Cartográfica: Incluir e geocodificar Quadra (geometria, Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra, área da Quadra)	X
6.	Edição Cartográfica: Incluir e geocodificar Distrito (geometria, Código do Distrito, nome do Distrito, área do Distrito)	X
7.	Edição Cartográfica: Incluir e geocodificar Setor (geometria, Código do Distrito + Código do Setor, nome do Setor, área do Setor)	X
8.	Edição Cartográfica: Incluir e geocodificar Bairro (geometria, Código do Bairro, nome do Bairro, área do Bairro)	X
9.	Edição Cartográfica: Incluir e geocodificar Zoneamento (geometria, Código do Zoneamento, área do zoneamento, cor do zoneamento (conforme Mapa aprovado em Lei))	X
0.	Edição Cartográfica: Excluir Lote	X
1.	Edição Cartográfica: Excluir Edificação/ Unidade (atualizar os campos área total construída, número de unidades no Lote, Ocupação do Lote)	X
2.	Edição Cartográfica: Excluir Logradouro e Seções	X
3.	Edição Cartográfica: Excluir Quadra	X
4.	Edição Cartográfica: Excluir Distrito	X
5.	Edição Cartográfica: Excluir Setor	X
6.	Edição Cartográfica: Excluir Bairro	X
7.	Edição Cartográfica: Excluir Meio-fio/Calçada	X
8.	Edição Cartográfica: Excluir Zoneamento	X

9.	Edição Cartográfica: Realizar Desmembramentos (todos os procedimentos de cadastro envolvidos no desmembramento devem estar presentes e atualizados ao fim do processo, como atualização da área do Lote, Testada, Área Total Construída, Total de unidades)	X
0.	Edição Cartográfica: Realizar Unificação de Lote (atualizar geometria, área construída, área total construída, número de unidades no Lote, Ocupação do Lote (Baldio ou Construído) e Situação na Quadra (meio de quadra, esquina ou encravado), testada (s))	X
1.	Edição Cartográfica: Realizar Recodificação de Lote, Edificação, Testadas, Logradouro e Seções, Quadra, Piscina, Distrito, Setor, Bairro, Meio-Fio/Calçada e Zoneamento (todos os procedimentos de cadastro envolvidos na recodificação devem estar presentes e atualizados ao fim do processo, como recodificando um Lote, todas suas unidades devem ser recodificadas no processo)	X
2.	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Contribuinte/ Proprietário	X
3.	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Pessoa	X
4.	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Distrito	X
5.	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Setor	X
6.	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Bairro	X
7.	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Quadra	X
8.	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Lote	X
9.	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Edificação/ Unidade	X
0.	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Logradouro e Seções	X
1.	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar informações de Parâmetros de Zoneamento	X
2.	Edição de Atributos: Incluir/ Excluir/ Alterar Usos de Zoneamento	X
3.	Edição de Atributos: Replicar unidades imobiliárias	X
4.	Edição de Atributos: Vincular imagem de documentos (CPF, RG, CNH, etc.) a determinado imóvel	X
5.	Edição de Atributos: Incluir, excluir, alterar itens de cadastro, ou seja, customizar campos de dados, definindo o nome do campo e o tipo de entrada de dados (numérico, texto, seleção, multiseleção ou multiseleção com quantitativos) vinculando o mesmo a sua respectiva Camada (Layer)	X
6.	Edição de Atributos: Os itens criados deverão estar disponíveis/ visíveis nas funcionalidades de Identificação/ Edição de Atributos da Camada, Mapa Temático, Criação de expressões de consultas, Mapa de Calor e Estatísticas	X
7.	Navegação: Aproximar (Zoom in)	X
8.	Navegação: Afastar (Zoom out)	X
9.	Navegação: Arrasto (Pan)	X
0.	Navegação: Visão Geral (Zoom extensão)	X
1.	Navegação: Visão anterior	X
2.	Navegação: Uso de scroll do mouse para Aproximar e Afastar	X
3.	Manutenção de Usuários: Incluir, Alterar e Excluir Perfil de Usuário	X
4.	Manutenção de Usuários: Incluir, Alterar e Excluir Usuários	X
5.	Manutenção de Usuários: Vincular Usuário (s) a determinado Perfil	X
6.	Manutenção de Usuários: Configuração da utilização/ visualização de Camadas em determinado Perfil	X
7.	Manutenção de Usuários: Configuração da utilização/ visualização de	X

	Funcionalidades em determinado Perfil	
8.	Manutenção de Usuários: Configuração da utilização/ visualização de Itens de Cadastro em determinado Perfil	X
9.	Manutenção de Usuários: Apresentar ferramenta de auditoria, permitindo visualizar as alterações/cadastros realizadas por determinado usuário, tipo de operação realizada (inclusão, alteração ou exclusão), bem como a data e hora da operação	X

FUNCIONALIDADES PARA O SISTEMA CORPORATIVO, EM AMBIENTE INTERNET (ACESSO PÚBLICO ATRAVÉS DO SITE DA PREFEITURA)		
ITEM	DESCRIÇÃO	OBRIGATÓRIO
	Consulta de Dados: Localizar imóvel através de Endereço	X
	Consulta de Dados: Localizar imóvel através de Inscrição Imobiliária	X
	Consulta de Dados: Localizar Edifício por nome de Edifício	X
	Consulta de Dados: Localizar Loteamento, Quadra ou Lote de Loteamento	X
	Consulta de Dados: Localizar Quadra através do número da Quadra	X
	Consulta de Dados: Localizar Distrito através do nome do Distrito	X
	Consulta de Dados: Localizar Setor através do nome do Setor	X
	Consulta de Dados: Localizar Bairro através do nome do Bairro	X
	Consulta de Dados: Visualização de dados de determinado imóvel apontado pelo usuário, inclusive com a imagem frontal e Planta Cartográfica do mesmo	X
	Consulta de Dados: Visualização de dados dos logradouros, inclusive com as imagens das Seções	X
	Consulta de Dados: Visualizar dados de Zoneamento	X
	Consulta de Dados: Realizar Consulta de Viabilidade para Parcelamento/ Desmembramento	X
	Consulta de Dados: Realizar Consulta de Viabilidade para Funcionamento	X
	Consulta de Dados: Geração e visualização nas Consultas de Viabilidade, imagem do imóvel, croqui de localização, metragens/áreas, parâmetros do zoneamento, usos permitidos ou permissíveis e código de autenticação	X
	Análise Espacial: Realizar cálculo de medidas lineares e áreas	X
	Impressão/ Exportação de Dados: Apresentar formato de impressão A4 (Retrato e Paisagem)	X
	Impressão/ Exportação de Dados: Apresentar formato de impressão A3 (Retrato e Paisagem)	X
	Tematização: Geração de Mapas Temáticos de Valores únicos de forma dinâmica (gerado no momento da requisição do usuário)	X
	Tematização: Geração de Mapas Temáticos de Intervalo de Classes de forma dinâmica (gerado no momento da requisição do usuário)	X
	Tematização: Definição de cores para tematização por Valores únicos	X
	Tematização: Definição de cores para tematização por Intervalo de Classes	X
	Tematização: Definição do número de intervalos para tematização por Intervalo de Classes	X
	Tematização: Geração de Mapas Temáticos para qualquer camada que possuir um ou mais itens de Cadastro	X
	Navegação: Aproximar (Zoom in)	X
	Navegação: Afastar (Zoom out)	X

	Navegação: Arrasto (Pan)	X
	Navegação: Visão Geral (Zoom extensão)	X
	Navegação: Visão anterior	X
	Navegação: Uso de scroll do mouse para Aproximar e Afastar	X

7 INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG) CORPORATIVO COM O SISTEMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA EXISTENTE NA PREFEITURA (BETHA SISTEMAS)

- 7.1 Para manter a integridade e consistência dos dados, qualquer ação de entrada ou modificação nos dados cadastrais dos imóveis, logradouros, bairros, distritos, setores, quadras, deverão ser realizados diretamente no Sistema de Informações Geográficas (SIG) corporativo.
- 7.2 As informações do Contribuinte, transferência de imóveis (ITBI), dados do lançamento de IPTU (valor lançado, valor pago ou parcelado, data dos pagamentos), bem como informações acerca da dívida ativa, serão disponibilizadas pelo Sistema Tributário para consumo nos Sistemas previstos neste Termo de Referência.
- 7.3 A Proponente deverá fornecer o modelo de integração a ser adotado, onde em conjunto com técnicos da Prefeitura e da empresa responsável pelo Sistema Tributário, possam solucionar possíveis ajustes e correções necessárias para integração dos mesmos.
- 7.4 A integração deverá ser realizada preferencialmente via WebService.

8 DA CONVERSÃO E ADEQUAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

- 8.1 Esta etapa tem o objetivo, a consolidação das informações do Plano Diretor para uso nos diversos setores da administração e propiciar a emissão de consultas prévias de viabilidade através do site da Prefeitura.
- 8.2 Desta forma será integrada a Base de Dados, as informações referentes aos Zoneamentos onde deverão ser executados, os seguintes procedimentos.
- 8.2.1 Construção da Geocodificação, que consiste na criação de uma chave de ligação empregada no relacionamento entre as duas Bases de Dados (Espacial e Alfanumérica), executando este procedimento para todos os Zoneamentos.
- 8.2.2 Proceder com as rotinas de fechamento topológico, transformando o Zoneamento em polígonos fechados.
- 8.2.3 Converter e adequar a Legislação do Plano Diretor para um formato de Banco de Dados.

9 DA ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES (PGV)

- 9.1 A Planta Genérica de Valores (PGV) constitui instrumento essencial para o registro dos valores unitários de terrenos, servindo de base para o cálculo dos tributos imobiliários municipais, tais como o IPTU e o ITBI. Trata-se de ferramenta composta por mapas digitais ou impressos que apresentam as características espaciais do município, incluindo a malha viária e os limites das quadras, onde são definidos os valores por metro quadrado dos terrenos.
- A empresa contratada deverá montar a PGV atualizada no ambiente de geoprocessamento e demonstrar um mapa temático do perímetro urbano destacando em cores as faces de quadras nas ruas e de acordo com os valores de metro quadrado de terreno.

9.2 Estudos preliminares

Elaboração dos estudos e análises técnicas necessárias para subsidiar a execução adequada da atualização da Planta Genérica de Valores a ser aplicada no município.

9.3 Planta e Projeto de Lei

Elaboração da Planta Genérica de Valores, bem como da Minuta do Projeto de Lei a ser submetido ao Poder Legislativo Municipal, após realizadas as simulações e testes de atualização junto à Comissão Avaliadora. A elaboração deverá observar as diretrizes básicas estabelecidas pela NBR 14.653 – Avaliação de Imóveis Urbanos (ABNT).

9.4 Cadastro de Face de Quadras

Elaboração do Cadastro de Face de Quadras, integrado ao Cadastro Imobiliário Municipal, fixando o valor do metro quadrado do terreno em cada face de quadra, em conformidade com os valores aprovados na nova Lei da Planta Genérica de Valores.

9.5 Apresentação e Simulações

Apresentação dos trabalhos junto aos setores técnicos e administrativos competentes, bem como à Câmara Municipal, incluindo a execução de simulações de cálculos, a fim de demonstrar os impactos da atualização da PGV na arrecadação tributária.

9.6 Produtos a serem entregues

- Atualização da Planta de Valores Genéricos (PGV), em ferramenta SIG;
- Relatórios técnicos e analíticos;
- Minuta de Lei.

Obs.: Em caso de alterações no código tributário municipal, deverão ser seguidos os critérios da Lei vigente no momento da prestação dos serviços.

10 DO TREINAMENTO

- 10.1 A proponente deverá efetuar o treinamento da equipe de servidores municipais que acompanharão os trabalhos, objetivando a apresentação dos propósitos a serem alcançados no desenvolvimento dos trabalhos, conceitos básicos sobre cadastro técnico, e por fim, os procedimentos específicos para elaboração de cada atividade como, por exemplo, preparo do material cartográfico, coleta de dados, conferência dos dados levantados em campo, controles, digitação e tudo o mais para a complementação do fluxo de atividades.
- 10.2 A proponente deve também capacitar a equipe de servidores quanto aos procedimentos de atualização cartográfica, de Geoprocessamento, e no uso dos Sistemas.
- 10.3 A Contratada deverá fornecer manuais impressos e em meio digital (formato PDF) com todos os procedimentos abordados na execução dos serviços e no treinamento.
- 10.4 Devem fazer parte dos referidos manuais os procedimentos que terceiros devem seguir para apresentar projetos à Prefeitura Municipal que impliquem em alteração do uso e ocupação do solo e que deverão ser incorporados à base cartográfica.
- 10.5 Os treinamentos e capacitações deverão ser ministrados em duas etapas: teórica e prática.

11 DO SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL E ATUALIZAÇÕES TECNOLÓGICAS

- 11.1 A Contratada deverá fornecer suporte técnico, manutenção e atualização do Sistema aos técnicos da Prefeitura Municipal, por um período de 12 (doze) meses após a entrega final dos produtos, através

de consultas e informações via internet e telefone.

- 11.2 Suporte Técnico, Manutenção e atualizações tecnológicas previstas sem custo adicional para a Contratante, durante o período de suporte:
 - 11.2.1 Manutenções preventivas e corretivas do Sistema fornecendo reparo de defeitos identificados em componentes de software, e fornecimento de versões atualizadas do sistema de administração Pública;
 - 11.2.2 Orientações sobre uso, configuração e instalação dos softwares ofertados;
 - 11.2.3 Interpretações da documentação dos softwares fornecidos;
 - 11.2.4 Orientações para identificar a causa de falha ou defeito de softwares e a solução deste;
 - 11.2.5 Apoio para execução de procedimentos de atualização para novas versões dos softwares instalados;
- 11.3 Manutenções e Suporte Técnico com custos adicionais para a Contratante durante o período de suporte:
 - 11.3.1 Desenvolvimentos adicionais, que consistem nas adequações do software para atendimento de melhorias que venham a ser solicitados pela Administração Pública (inclusão de novas funções, relatórios ou consultas), contemplando funcionalidades não exigidas nos requisitos técnicos deste termo de referência.
 - 11.3.2 Serviços de conversão e recuperação de dados.
 - 11.3.3 Migração da solução contratada em caso de expansão ou troca de equipamentos no CPD da Prefeitura Municipal.
 - 11.3.4 Serviços de suporte técnico Presencial, quando o técnico residente não solucionar o problema.
 - 11.3.5 Apoio na recuperação de ambientes em caso de panes ou perda de dados.

V – DOS PRODUTOS A SEREM ENTREGUES EM CADA ETAPA

1 DA COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICA

- 1.1 Uma cópia do plano de voo analítico, contendo todos os detalhes técnicos para a execução dos serviços, assinado pelo responsável técnico por sua elaboração.
- 1.2 Um foto-índice na escala 1:5.000 contendo os elementos de orientação, tais como coordenadas geográficas nas extremidades e toponímia dos principais acidentes naturais e artificiais.
- 1.3 Uma coleção de fotografias aéreas em alta resolução, na escala 1:5.000, organizadas em DVD-ROM, no formato TIFF, sem compressão, em pastas organizadas por faixas de voo.

2 DO PERFILAMENTO LASER AEROTRANSPORTADO

- 2.1 Dados do laser após o processamento de filtragem MDE e MDT (em formato LAS 1.3 e DWG).
- 2.2 Curvas de Nível a cada 1,0 m, geradas a partir dos dados laser e editadas cartograficamente.

3 DAS ORTOFOTOS DIGITAIS COLORIDAS

- 3.1 Uma coleção de folhas gravada em DVD-ROM dos arquivos digitais das Ortofotocartas, com GSD (pixel) de 6 cm ou melhor, precisão, no formato GEOTIFF.

4 DO LEVANTAMENTO CADASTRAL

- 4.1 Base de dados do Cadastro Imobiliário atualizado.
- 4.2 Base de Dados espacial atualizada.
- 4.3 Imagens digitais frontais das unidades imobiliárias.
- 4.4 Imagens digitais das seções de logradouro.
- 4.5 Elaboração de relatório técnico contendo a descrição detalhada do levantamento, metodologia empregada e eventuais inconsistências encontradas.

5 DA ATUALIZAÇÃO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS SEM ALTERAÇÃO CADASTRAL

- 5.1 Imagens digitais frontais das unidades imobiliárias sem atualização cadastral.

6 DO LEVANTAMENTO CADASTRAL DOS LOGRADOUROS

- 6.1 Base de dados do Cadastro de Logradouros atualizado.

7 DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG) CORPORATIVO

- 7.1 Sistema de Informações Geográficas (SIG) Corporativo licenciado e implantado.

8 DA INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG) COM O SISTEMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA EXISTENTE NA PREFEITURA (BETHA SISTEMAS)

- 8.1 WebService ou equivalente de integração dos Sistemas implantado.

9 DA CONVERSÃO E ADEQUAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

- 9.1 Base de Dados do Plano Diretor convertida e integrada ao Banco de Dados do Sistema de Informações Geográficas (SIG) para gerenciamento do Plano Diretor.

10 TREINAMENTO

- 10.1 Treinamento da equipe de servidores municipais.
10.2 Relatório contendo a identificação de cada membro da equipe que trabalhará no desenvolvimento das atividades, bem como as respectivas funções.
10.3 Manuais de procedimentos e material de consulta para os treinados, para sua futura utilização.

11 DO SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL E ATUALIZAÇÕES TECNOLÓGICAS

- 11.1 Relatório dos serviços realizados, indicando a carga horária das atividades desenvolvidas e atendimentos realizados.

12 DO RELATÓRIO DE DISCREPÂNCIAS E GERAÇÃO DAS NOTIFICAÇÕES

- 12.1 Na sequência que os Bairros/ Setores forem sendo levantados e processados, deverão ser preparados pela licitante vencedora os arquivos contendo as Cartas de Notificação aos contribuintes dos imóveis que apresentarem alteração em dados cadastrais detectada, mediante texto e critérios estabelecidos pela Prefeitura.
- 12.2 A licitante vencedora deverá realizar a geração de relatórios de discrepâncias cadastrais, identificando e listando as unidades imobiliárias cujas informações no cadastro da Prefeitura Municipal apresentem inconsistências ou divergências.
- 12.3 A licitante deverá fornecer ainda, um mapa temático, preferencialmente disponível no Sistema, para que seja discutido em conjunto com os gestores municipais o planejamento do envio das notificações.
- 12.4 Após a elaboração do relatório de discrepâncias, a licitante vencedora deverá preparar e gerar as notificações a serem enviadas aos proprietários dos imóveis com dados inconsistentes.
- 12.5 Caberá à licitante propor um modelo de notificação dos imóveis cuja área foi acrescida, com no mínimo as seguintes informações:

- Nome de Proprietário;
- Endereço completo;
- Inscrição imobiliária;
- Divergências constatadas;
- Imagem de fachada;

- Croqui de localização;
- Procedimentos para contestação das informações.

12.6 O modelo proposto deverá ser validado pelos técnicos municipais, permitindo que a licitante vencedora proceda com a geração dos arquivos necessários para impressão e envio das notificações.

12.7 A licitante vencedora será responsável pela impressão das notificações e pelo envio aos contribuintes, conforme o modelo validado.

13 DA CENTRAL DE ATENDIMENTO AOS CONTRIBUINTES NOTIFICADOS

A contratada deverá disponibilizar uma Central de Atendimento, destinada exclusivamente ao suporte aos contribuintes notificados em decorrência do processo de georreferenciamento. A Central terá como finalidade:

- 13.1 Prestar esclarecimentos aos contribuintes sobre notificações recebidas;
- 13.2 Orientar os contribuintes quanto aos procedimentos administrativos necessários para regularização;
- 13.3 Disponibilizar atendimento presencial, telefônico e/ou eletrônico (e-mail ou sistema online), conforme definido pela Administração;
- 13.4 Registrar e acompanhar as demandas apresentadas, garantindo resposta em prazo razoável;
- 13.5 Fornecer relatórios periódicos à Administração Pública contendo o quantitativo de atendimentos realizados, principais demandas e respectivas soluções.

A estrutura mínima exigida para a Central de Atendimento compreende:

- 13.6 Local físico de fácil acesso ou atendimento eletrônico eficiente;
- 13.7 Equipe qualificada para esclarecimento das notificações e orientações técnicas;
- 13.8 Horário de funcionamento compatível com o expediente da Prefeitura;
- 13.9 Registro e protocolo de todas as solicitações.

VI – DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

Para demonstrar a qualificação técnica, as proponentes deverão apresentar:

- e) Certidão Atualizada de Registro ou Inscrição de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), ou, CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), ou, CFT (Conselho Federal dos Técnicos Industriais), dentro do prazo de validade.
- f) Certidão Atualizada de Registro ou Inscrição de Pessoa Física expedida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), ou, CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), ou, CFT (Conselho Federal dos Técnicos Industriais), dentro do prazo de validade.
- g) Apresentar comprovante de inscrição junto ao Ministério da Defesa, nas Categorias A ou C.
- h) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa licitante, executou serviços com características semelhantes ao objeto do presente Edital, sendo que será considerado de maior relevância técnica:
 - Serviços de Levantamento Cadastral Imobiliário ou equivalente, de pelo menos 1.750 (mil setecentos e cinquenta) unidades imobiliárias, correspondente a 50% do total estimado;
 - Serviços de Implantação, Customização e/ou Integração de Sistema de Informações Geográficas

(SIG) Corporativo de Sistema de Informações Geográficas (SIG) ou Sistema de Geoprocessamento ou equivalente, de pelo menos 1.750 (mil setecentos e cinquenta) unidades imobiliárias, correspondente a 50% do total estimado;

VII - VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, dos serviços objeto deste Termo de Referência. A empresa contratada deverá ser a única e exclusiva responsável pela execução integral do objeto, assumindo diretamente todas as atividades técnicas e operacionais previstas no contrato. Compete à contratada disponibilizar, por seus próprios meios, todos os profissionais habilitados, recursos tecnológicos, materiais físicos (quando necessários) e infraestrutura digital, incluindo plataformas de web service, sistemas e bases de dados, assegurando o cumprimento de todos os requisitos de qualidade, prazo e funcionalidade.

O descumprimento desta cláusula ensejará a imediata rescisão contratual por iniciativa da Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Justificativa: Justifica-se pela complexidade técnica, pela necessidade de integração plena entre todas as etapas do objeto e pela responsabilidade direta sobre os resultados finais. Os serviços demandam especialização técnica, envolvem atividades interdependentes e resultam em produtos que devem apresentar consistência metodológica, compatibilidade de dados e padronização de qualidade, o que poderia ser comprometido caso houvesse fragmentação da execução entre diferentes empresas. A execução integral por um único contratado assegura controle técnico centralizado, rastreabilidade das decisões, uniformidade dos procedimentos e maior eficiência na fiscalização pela Administração, além de reduzir riscos de falhas de integração, divergências técnicas e conflitos de responsabilidade. Dessa forma, a exigência garante maior segurança jurídica e técnica ao contrato, assegurando o cumprimento dos prazos, a qualidade dos produtos entregues e a continuidade do serviço público, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

VIII - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL.

A vigência contratual será de **08 (oito) meses**, prazo considerado adequado e suficiente para a execução integral de todos os serviços e entregas previstos neste Termo de Referência, conforme cronograma físico-financeiro detalhado em anexo.

IX – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças

Atividade: 2003

CR – 13

F.R. - 500

Elemento de despesa – 33903905

PA: 2023 exercício 2026

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO												
DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS		PRAZO DE EXECUÇÃO (MESES)								UN	QTDE	PREÇO POR ETAPA (R\$)
		1	2	3	4	5	6	7	8			
1	Cobertura Aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais coloridas da área urbana, na escala de 1:5.000									Km ²	17	
2	Perfilamento a Laser aerotransportado para geração de curvas-de-nível a cada 1,0 m									Km ²	17	
3	Geração de Ortofotocartas digitais coloridas da área urbana, na escala 1:1.000 (GSD de 6 cm)									Km ²	17	
4	Levantamento in loco para medição, coleta dos atributos cadastrais e imagem digital de todas as unidades imobiliárias com ampliação de área construída ou novas unidades									Unidade Imobiliária	3.500	
5	Vetorização, Geocodificação e complementação da Base Cartográfica, através de edição vetorial, representando as unidades imobiliárias									Unidade Imobiliária	3.500	
6	Execução de mapeamento móvel 360°, capturando imagens frontais de todos os imóveis e logradouros da área urbana									Unidade Imobiliária	3.500	

7	Digitalização de todos os documentos pertencentes a mapoteca física (boletins cadastrais, croquis)									Serv.	1	
8	Coleta dos Atributos Cadastrais e Imagem Digital das Seções de Logradouros									Seção	2.000	
9	Implantação de Sistema de Informações Geográficas (SIG) em ambiente intranet e internet, aplicado ao Cadastro Imobiliário e Logradouros(SAAS)									Mes	12	
10	Implantação de Sistema de Informações Geográficas (SIG) em ambiente intranet e internet, aplicado ao Plano Diretor Municipal(SAAS)									Mes	12	
11	Customização do Sistema de Informações Geográficas (SIG) para integração com o Sistema Tributário existente na Prefeitura									Serv.	1	
12	Conversão e adequação de dados cartográficos e de atributos (lei, parâmetros, etc) do Plano Diretor Municipal									Serv.	1	
13	Atualização da planta genérica de valores (PGV)									Serv.	1	
14	Treinamento em Sistema de Informações Geográficas (SIG) aplicado ao Cadastro Imobiliário, Mobiliário e Logradouros									H	60	
15	Treinamento em Sistema de Informações Geográficas (SIG) aplicado ao Plano Diretor Municipal									H	50	
16	Suporte Técnico e atualizações tecnológicas.	Após entrega dos produtos								Mês	12	
17	Relatório de discrepâncias e geração das notificações									Serv.	1	

18	Disponibilização de central de atendimento ao contribuinte, em ponto comercial do município, devidamente identificado		Mês	1	
PREÇO TOTAL MÁXIMO (R\$)					

Tangará/SC, 19 de dezembro de 2025.

César Luiz da Nunz
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças.

Talita Rampon Buyno
Diretora Departamento de Tributos

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
DADOS GERAIS DA PROPONENTE VENCEDORA E DECLARAÇÃO DE ACEITE DE
COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DADOS DA EMPRESA:

Razão Social:
CNPJ/MF:
Endereço:
Município/UF: CEP:
Telefone: ()
E-mail:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (para assinatura dos documentos legais):

Nome:
CPF:
RG:
Endereço:
Município/UF: CEP:
Telefone: ()
E-mail:
Possui assinatura eletrônica: () SIM () NÃO

***Observação 1:** Caso o indicado seja sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, o mesmo deverá constar no ato constitutivo ou no contrato social, apresentado por ocasião da Habilitação neste processo, devendo estar expreso seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.*

***Observação 2:** Caso o indicado seja preposto da empresa proponente, será solicitado instrumento procuratório, com a delegação de poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.*

DADOS BANCÁRIOS:

Banco:
Agência:
Conta corrente:

Declaro ciência e concordância de que todas as comunicações, notificações e intimações relativas ao procedimento licitatório, à execução contratual e a eventuais procedimentos administrativos poderão ser realizadas por meio do endereço eletrônico informado neste Anexo, comprometendo-me a mantê-lo ativo e monitorado, sendo tais comunicações consideradas válidas para todos os efeitos legais, com contagem de prazos a partir do envio, não podendo ser alegado o não recebimento como justificativa para o descumprimento de obrigações.

Declaro expressamente estar ciente de que as citações e notificações relativas aos procedimentos administrativos de apuração de infrações cometidas por licitantes e contratados, inclusive aqueles instaurados nos termos do Decreto Municipal nº 085/2023 e do Decreto Municipal nº 072/2024, ou o que vier em sua substituição, que regulamenta a aplicação da Lei Anticorrupção, também poderão ser realizadas por meio do endereço eletrônico indicado neste Termo;

_____, em ____ de _____ 20__.

Identificação e Assinatura do Representante Legal da Licitante

**ANEXO III
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
MODELO DE DECLARAÇÃO ÚNICA**

(Razão Social) _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, sediada no endereço _____, na cidade de _____, por seu representante legal, CPF _____ e portador do RG _____, que ao final subscreve, DECLARA EXPRESSAMENTE a quem interessar possa e para fins de atendimento do edital e processo em referência, QUE:

a) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

b) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

d) Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Tangará ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);

e) Não possui funcionário público no quadro societário da empresa;

f) Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;

g) Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

h) Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do representante legal da empresa
CPF:

ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO Nº ____/2026

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 2026, presentes de um lado o **MUNICÍPIO DE TANGARÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.999/0001-01, com sede na Avenida Irmãos Picoli, 267, nesta cidade de Tangara/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, resolve celebrar contrato com a empresa: _____ pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, na cidade de _____, Estado de _____, devidamente representado _____, inscrito no CPF sob o nº _____ doravante denominada simplesmente de **CONTRATADO** para execução do objeto descrito abaixo, em conformidade com o processo de licitação nº 47/2026 na modalidade Pregão Eletrônico nº 20/2026, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA A MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO TERRITORIAL E TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ, COMPREENDENDO: AEROFOTOGRAMETRIA E SEU PROCESSAMENTO, ATUALIZAÇÃO CADASTRAL MULTIFINALITÁRIA DE IMÓVEIS E LOGRADOUROS, ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES (PGV), IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS CORPORATIVO INTEGRADO, ALÉM DE TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO CONTÍNUO**, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR UNT	VALOR TOTAL

1.2 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Estudo Técnico Preliminar;
- c) O Edital da Licitação;
- d) A Proposta do contratado;
- e) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA 2ª - DO PREÇO

2.1 – Os produtos objeto do presente Contrato, serão adquiridos pelo preço total de R\$ ____ (____).

CLÁUSULA 3ª - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 - A licitante vencedora ficará obrigada a fornecer os serviços, objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na Solicitação de Fornecimento e no edital de licitação.

3.2 – A prestação dos serviços, assim como a emissão da nota fiscal, somente poderá ser efetuada mediante Solicitação de Fornecimento ou outro documento equivalente, concedido pela Secretaria responsável.

3.3 - Os serviços deverão ser iniciados em no máximo 1 (um) mês após o recebimento da Solicitação de Fornecimento, salvo imprevistos, que deverão ser comunicados pelo fornecedor por escrito com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência. A secretaria solicitante avaliará a justificativa apresentada pela empresa e acatará ou não o prolongamento do prazo de execução.

3.4 - A CONTRATADA comprometer-se-á da total garantia quanto à qualidade dos serviços, bem como, de efetuar possíveis correções sem custos a contratante, caso seja necessário.

3.5 – A não realização dos serviços dentro do prazo, ensejará a revogação do Contrato/Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

3.6 - Em hipótese alguma serão aceitos itens em desacordo com as condições pactuadas, ficando ao encargo da contratada o controle de qualidade do serviço prestado.

3.7 - Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração do Contrato/Ata de Registro de Preços.

3.8 - Manter, até o efetivo recebimento definitivo, todas as condições de habilitação e qualificação necessárias para contratação com a Administração Pública.

3.9 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas em razão da presente contratação.

3.10 – Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratante.

3.11 – Zelar para que, durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da contratada.

3.12 - Todas as despesas relacionadas com a execução dos serviços correrão por conta da proponente vencedora.

3.13 – Cumprir com todas as orientações do Contratante para a execução dos serviços, dentro dos prazos estabelecidos.

3.14 – Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, quando verificar condições inadequadas para a prestação dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato, ou ainda qualquer anormalidade verificada.

3.15 - A contratada assume exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da prestação dos serviços, necessários à perfeita execução do objeto desta licitação.

3.15.1 - Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos, causados à contratante e/ou a terceiros, por dolo ou culpa, na execução do contrato, bem como, por qualquer que venha a ser causados por seus prepostos, em idênticas hipóteses. Deverá responder, ainda, por quaisquer danos causados pela ineficiência ou irregularidade do serviço prestado.

3.15.2 - Responder civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, por seus empregados dolosa ou culposamente.

3.15.3 - Assumir todas e quaisquer reclamações e arcar com os ônus decorrentes de ações judiciais, por prejuízos ávidos e originados da execução do Contrato, e que sejam ajuizados contra a contratante por terceiros.

3.15.4 - A proponente vencedora deverá responder pelos vícios e defeitos dos itens e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da aquisição e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela solicitante.

3.16 - A CONTRATADA comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade dos serviços executados bem como, efetuar a substituição, e totalmente às suas expensas de qualquer serviço executado fora das especificações constantes da proposta apresentada.

3.17 - Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto do contrato, cabendo-lhe, integralmente o ônus decorrente, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE.

3.18 - O aceite por parte da contratante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de qualidade ou técnico dos serviços, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste edital, verificadas posteriormente. Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização da entrega ou do documento fiscal.

3.19 - Indicar a CONTRATANTE o nome de seu preposto para manter entendimento e receber comunicações ou transmiti-las ao executor do contrato.

3.20 - Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação à cerca das atividades objeto do contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

3.21 - Submeter-se à mais ampla fiscalização da CONTRATANTE, por meio de seus fiscais/gestores a qualquer época durante a vigência do Contrato, a qual poderá ser efetuada nas dependências da CONTRATADA, tudo isto visando o rigoroso cumprimento das obrigações contratuais.

3.22 - DA COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICA

3.22.1 - Para execução da Cobertura Aerofotogramétrica, a Contratada deverá utilizar Câmara Aerofotogramétrica Digital e Perfilador a Laser aerotransportado.

3.22.2 - Os serviços compreendem a Cobertura Aerofotogramétrica para obtenção de fotografias aéreas verticais coloridas com GSD (pixel) de 6 cm ou melhor precisão, e elaboração de foto índices na escala 1:5 .000;

3.22.3 - Deverá ser utilizada aeronave devidamente adaptada e homologada para execução da Cobertura Aerofotogramétrica, possuindo características de estabilidade, sustentação, teto de serviço, autonomia de voo e equipamentos de orientação e navegação compatíveis com as prescrições do serviço a ser realizado;

3.22.4 - A Câmara Aerofotogramétrica Digital deverá estar acoplada a uma plataforma giro estabilizada e com sistema de compensação de arrastamento ou equivalente;

3.22.5 - A Câmara Aerofotogramétrica Digital deverá estar equipada com sistema óptico para fins cartográficos, devidamente calibrada, com certificado de calibração com prazo de emissão não superior a 02 (dois) anos, documento este que deverá ser apresentado a equipe técnica municipal para comprovação.

3.22.6 - A cobertura estereoscópica deverá ter superposição longitudinal de 80% (oitenta por cento) e superposição lateral de 40% (quarenta por cento).

3.22.7 - A tomada das fotografias deverá ser feita com sol acima do círculo de altura de 30 graus, com finalidade de se evitar a projeção excessiva de sombras.

3.22.8 - A inclinação máxima do eixo ótico da Câmara em relação à vertical do lugar, não deverá exceder a 03 (três graus sexagesimais) por foto, admitindo-se na Cobertura Aerofotogramétrica como um todo, uma inclinação média de até 02 (dois) graus.

3.22.9 - O ângulo de rotação horizontal entre exposições consecutivas será o menor possível, sendo admitida uma tolerância média por faixa de 03 (três) graus e em casos isolados de no máximo 05 (cinco) graus sexagesimais.

3.22.10 - Os equipamentos e materiais utilizados no processamento das imagens deverão garantir os padrões exigidos para trabalhos fotogramétricos, isentando-se de halos, listas luminosas, marcas estáticas, riscos e névoas e, ainda, proporcionar um perfeito equilíbrio de densidade e contraste, não havendo excessos de luz ou sombras densas.

3.22.11 - Não deverá existir incidência de nuvens na área de cada imagem capturada.

3.22.12 - O foto-índice será montado a partir da superposição das fotos aéreas em que apareça claramente a identificação marginal constante na parte superior de cada fotografia e com as faixas de voo superpostas lado a lado.

3.22.13 - O transporte do apoio planialtimétrico para as áreas de trabalho deverá ser feito a partir de vértices da Rede de Apoio Geodésico Fundamental do IBGE de forma a garantir a precisão de 02 cm na horizontal e 04 cm na vertical.

3.22.14 - A Contratada deverá planejar a distribuição do apoio de campo, os métodos e instrumentos selecionados, de forma a garantir a precisão de 0,20m (metros) no posicionamento horizontal e de 0,12m (metros) no posicionamento vertical.

3.22.15 - A densificação dos pontos de apoio para a orientação absoluta de cada modelo fotogramétrico poderá ser realizada através de aerotriangulação, a qual deverá ser executada em instrumento com acuidade horizontal superior a 10 micra na escala média das fotografias aéreas.

3.22.16 - Os pontos fotogramétricos deverão ser escolhidos a partir da avaliação do técnico responsável pela aerotriangulação para se garantir o produto na qualidade e na escala compatível.

3.23 - DO PERFILAMENTO A LASER

3.23.1 - A distância de cada bloco LiDAR à estação de monitoramento contínuo mais próximo não pode exceder os 30 km.

3.23.2 - Devem ser consideradas as seguintes margens para além do bloco LiDAR ou área de trabalho:

200 m para além do limite e paralelamente à direção de voo.

400 m para além do limite e perpendicular à direção do voo.

Ângulo transversal do perfilamento: $\leq \pm 25^\circ$.

3.23.4 - A densidade média de pontos ao nível do solo deverá ser de no mínimo 4 pontos / m² (quatro pontos por metro quadrado).

3.23.5 - Na uniformidade da densidade dos pontos laser é requerido que os pontos cubram a superfície de forma homogênea com relação entre a distância entre pontos ao longo de uma linha e a média da distância entre linhas consecutivas, no centro da linha de voo, seja entre 1:1.5 e 1.5:1.

3.23.6 - Diâmetro do ponto laser ao nível do solo deverá ser de ≤ 0.50 m.

3.23.7 - O bloco LiDAR deve ser coberto por linha de voo paralelas com uma sobreposição lateral de no mínimo $\geq 20\%$.

3.23.8 - A sobreposição mínima entre linhas de voo: ≥ 100 m.

3.23.9 - Comprimento máximo de uma linha de voo: ≤ 40 km.

3.23.10 - Direção de voo Norte/Sul ou Leste Oeste.

3.23.11 - Precisão altimétrica quando medida em superfícies planas e sem obstáculos ≤ 0.10 m.

3.23.12 - Registro de pelo menos 4 (quatro) reflexos laser por pulso.

3.23.13 - Registro da intensidade do sinal refletido (255 tons de cinzento).

3.23.14 - Obrigatoriedade de uso de plataforma giro estabilizada.

3.23.15 - Obrigatoriedade de posicionamento integrado GPS / INS, com obtenção dos parâmetros de posicionamento do sensor, tempo de exposição e ângulos de rotação associados.

3.23.16 - A análise da completude, densidade e uniformidade deve ser efetuada linha de voo a linha de voo e antes do ajustamento para a totalidade do bloco LiDAR.

3.23.17 - A área de interesse deve estar coberta na totalidade por dados LiDAR.

3.23.18 - Análise da densidade do LiDAR:

3.23.18.1 - A análise da densidade deve ser feita por linha de voo.

3.23.18.2 - Na análise da densidade devem ser apenas analisados os pontos correspondentes à última reflexão.

3.23.18.3 - É obrigatória a obtenção da densidade especificada em pelo menos 95% da área.

3.23.19 - Análise da uniformidade do LiDAR:

3.23.19.1 - A análise da uniformidade deve ser feita por linha de voo.

3.23.19.2 - Na análise da uniformidade devem ser apenas analisados os pontos correspondentes a última reflexão.

3.23.19.3 - A análise da uniformidade dos pontos laser é requerido que os pontos cubram a superfície de forma homogênea e que o índice entre a distância entre pontos ao longo de uma linha e a média da distância entre linhas consecutivas, na área central da linha de voo. Este indicador deve ser obtido ao longo da área central de cada linha de voo e em 95% dos casos.

3.23.20 - Filtragem Lidar e Geração de Modelo Digital de Terreno e Modelo Digital de Superfície:

3.23.20.1 - Deverá ser gerado modelo digital de terreno, que é a representação do terreno através de uma malha regular de pontos.

3.23.20.2 - O MDT deverá ser gerado com uma grid de 01 metro em ambas as direções e gravado no formato ASCII em Esri grid.

3.23.20.3 - A partir dos dados obtidos ao nível do terreno deve ser construída a rede de triângulos e gerado o modelo digital de terreno.

3.23.20.4 - A partir dos dados obtidos de todos os pontos do levantamento deve ser construída a rede de triângulos e gerado o modelo digital de superfície.

3.23.20.5 - O MDT deverá representar única e exclusivamente o solo.

3.23.20.6 - O MDS deverá representar, além do solo, a altitude dos objetos na superfície.

3.23.20.7 - O MDS deverá ser gerado com uma grid de 01 metro em ambas as direções e gravado no formato ASCII em Esri grid.

3.23.20.8 - A nuvem de pontos LiDAR georreferenciada, após o ajustamento relativo e absoluto, e após a classificação e com o atributo RGB, deverá ser entregue dividida nos seguintes atributos:

Arquivo digital - LAS

Divisão dos pontos LiDAR em classes (de acordo com o formato LAS):

b.1) Pontos processados, mas não classificados.

b.2) Pontos que representam o terreno.

b.3) Pontos que representam a vegetação.

b.4) Pontos que representam as edificações.

b.5) Ruído (pontos muito abaixo ou muito acima da superfície).

3.24 - DA GERAÇÃO DE ORTOFOTOS

3.24.1 - Deverão ser geradas Ortofotos digitais coloridas, na escala 1:1.000, com GSD (pixel) de 6 cm (seis) cm ou melhor precisão;

3.24.2 - Para a geração das Ortofotos digitais (Ortorretificação das imagens), na escala de 1:1.000, deverão ser utilizadas estações fotogramétricas digitais, utilizando-se as imagens obtidas e as coordenadas e altitudes geradas na etapa de aerotriangulação, bem como os dados do Perfilamento a Laser.

3.24.3 - O sistema de coordenadas deverá ser UTM, referenciada ao referencial geodésico SIRGAS 2000.

3.24.4 - As Ortofotocartas digitais coloridas deverão ser no formato TIFF para a imagem e TFW para a orientação.

3.24.5 - Concluídos os procedimentos descritos acima, ter-se-á as imagens ortorretificadas individualmente.

3.24.6 - Na sequência este conjunto de imagens deverá ser mosaicado, formando assim uma imagem única de toda a área de interesse. Posteriormente esta imagem única será tratada radiometricamente, objetivando a equalização e homogeneização dos diversos tipos de cores.

3.24.7 - Padrão de Exatidão Cartográfico:

3.24.7.1 - Conforme determina o Decreto nº 89817/1984, o qual estabelece as Instruções Reguladoras das Normas Técnicas da Cartografia Nacional, em seu capítulo II – art. 8º, os produtos aerofotogramétricos deverão atender o Padrão de Exatidão Cartográfica – “**PEC CLASSE A**”, para mapeamento na escala 1:1.000.

3.25 - DO LEVANTAMENTO CADASTRAL

3.25.1 - O Município irá disponibilizar toda Base Cadastral Georreferenciada pré-existente em formato de Banco de Dados Espacial (PostgreSQL ou outro, compatível com padrão SQL), levantamentos topográficos, plantas de loteamentos, bem como todo e qualquer material cartográfico existente e que possa ser utilizado como referência aos serviços a serem prestados.

3.25.2 - A Base de Dados Espacial existente possui as seguintes camadas:

Camada	Tipo de entidade	Geocodificação
Bairro	Polígono	Código do Bairro
Distrito	Polígono	Código do Distrito
Setor	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor
Quadra	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra
Lote	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra + Número do Lote
Edificação/ Unidade	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra + Número do Lote + Número da Edificação + Número da Unidade
Piscina	Polígono	Código do Distrito + Código do Setor + Número da Quadra + Número do Lote + Código da Piscina
Seção de Logradouro	Polilinha	Código do Logradouro + Código da Seção
Zoneamento	Polígono	Código do Zoneamento

3.25.3 - O Levantamento Cadastral será realizado na área urbana e de expansão urbana no Município, abrangendo um universo estimado de 3.500 (três mil e quinhentas) unidades imobiliárias, compreendendo o tratamento de situação inerente aos Lotes que atualmente se encontram como baldios na Base de Dados Espacial e que em campo apresentam área construída não lançada, ou nos Lotes que apresentarem aumento da área construída superior a 10 m² (dez metros quadrados) quando comparada a existente no Banco de Dados Espacial, ou nos Lotes existentes em campo e não lançados, enfatizando a busca de alterações ou de inclusões de registros cadastrais singularmente conhecidos ou não conhecidos pela Prefeitura Municipal.

3.25.4 - Para identificação das unidades imobiliárias a serem levantadas, estimadas em 3.500 (três mil e quinhentas), deverão ser utilizadas as Ortofotocartas digitais coloridas em escala 1:1.000 (GSD de 6 cm) previstas neste Termo de Referência.

3.25.5 - O Levantamento georreferenciado das unidades imobiliárias enquadradas nos parâmetros acima, deverão obrigatoriamente ser obtidas através de medições em campo, não sendo admitida a utilização de medidas oriundas de Restituição, Vetorização ou qualquer forma de interpretação sobre as Ortofotocartas.

3.25.6 - Os Croquis das Plantas de Quadras contendo os Lotes e Edificações com suas respectivas medidas levantadas em campo deverão ser disponibilizadas para equipe técnica de fiscalização do Município sempre que solicitado, a fim de aferir os procedimentos de Levantamento Cadastral.

3.25.7 - Quando não for possível proceder com o Levantamento cadastral de algum imóvel, deverá constar no croqui e posteriormente no Banco de Dados, qual o motivo:

Proprietário ausente.

Medição não autorizada pelo proprietário.

Edificação não habitada/ Imóvel sem acesso.

3.25.8 - Deverão ser programadas equipes para trabalhar aos sábados a fim de revisitar os locais em que os proprietários estavam ausentes, sendo realizada pelo menos 01 (uma) revisita.

3.25.9 - Os atributos alfanuméricos e imagens digitais frontais de cada unidade imobiliária deverão ser coletadas através de coletores de dados digital com câmeras digitais acopladas ou integradas, com resolução mínima de 10 (dez) megapixel, de acordo com o Boletim de Cadastro Imobiliário atualmente usado pela Prefeitura Municipal.

3.25.10 - Considera-se uma unidade imobiliária:

Terreno Baldio não existente no Banco de Dados atual

Casa não existente no Banco de Dados atual ou com ampliação da área construída

Apartamento não existente no Banco de Dados atual ou com ampliação da área construída

Sala/ Loja não existente no Banco de Dados atual ou com ampliação da área construída

Galpão não existente no Banco de Dados atual ou com ampliação da área construída

Edícula não existente no Banco de Dados atual ou com ampliação da área construída

Garagem não existente no Banco de Dados atual ou com ampliação da área construída

Telheiro não existente no Banco de Dados atual ou com ampliação da área construída

Box de Garagem não existente no Banco de Dados atual ou com ampliação da área construída

3.25.11 - Na sequência que os bairros forem sendo levantados e processados, deverão ser preparados pela Contratada os arquivos contendo as Cartas de Notificação aos contribuintes dos imóveis que apresentarem alteração em dados cadastrais detectada, mediante texto e critérios estabelecidos pelo Município.

3.25.12 - A Notificação deverá ser gerada em arquivo no formato PDF.

3.25.13 - Deverá constar no mínimo a foto de fachada do imóvel, Mapa de Localização destacando o Imóvel, e diferença da área construída, que será comparada com a atualmente existente no Sistema de Gestão Tributário.

3.25.14 - A notificação será impressa e enviada aos contribuintes dos imóveis pela Prefeitura.

3.25.15 - Todo o pessoal de campo deverá estar uniformizado e devidamente identificado por crachá impresso com seu nome, identificação da empresa e telefones da Prefeitura, para possível consulta por parte do entrevistado.

3.25.16 - Ficará a cargo da Contratada, a geração de arquivo com todas as alterações e novos cadastros, que deverá ser definido de comum acordo com a equipe técnica Municipal.

3.25.17 - Quanto a Qualidade e Resolução das Imagens, as imagens capturadas deverão possuir qualidade visual, nitidez e resolução efetiva que permitam a clara identificação das características de logradouro e de fachada dos imóveis, tais como tipo e número de pavimentos, existência de guias, sarjetas, calçadas, postes, sinalização e numeração de fachada, quando visíveis ao nível do logradouro. A resolução total do sistema de

captura deverá ser suficiente para garantir a clareza visual e o detalhamento necessário em todas as direções da imagem 360°.

3.25.18 - Quanto a Acurácia Posicional e de Orientação, o posicionamento geográfico das imagens capturadas deverá apresentar acurácia posicional de, no mínimo, 1 metro (100 cm). A precisão do azimuth, que se refere à orientação da imagem/câmera, deverá ser inferior a 5 graus (5°). Para garantir a acurácia posicional especificada, o sistema de posicionamento utilizado deverá empregar tecnologias, como GNSS de alta precisão, IMU, odometria, entre outras, que, em conjunto, atinjam o desempenho exigido.

3.25.19 - A Continuidade da Captura e Ausência de Desfoque, o sistema de captura de imagens deverá garantir uma sobreposição contínua e sem lacunas ao longo do percurso dos logradouros, permitindo uma visualização ininterrupta e sem emendas visíveis do ambiente. A velocidade de captura do sistema deverá ser adequada à velocidade de deslocamento do veículo, de modo a garantir a ausência de desfoque de movimento (motion blur) e a continuidade visual das imagens, mantendo a resolução e a qualidade especificadas, mesmo em velocidades de operação usuais.

3.25.20 - A **Geocodificação e Formato de Entrega**, as imagens deverão ser geocodificadas com a acurácia posicional mínima de 1 metro, permitindo sua correta localização e associação a objetos geográficos e cadastrais do logradouro, independentemente do método de geocodificação empregado. Os arquivos de imagem deverão ser salvos em formato JPEG, otimizado para visualização e armazenamento, garantindo a fidelidade visual e o desempenho de carregamento. A resolução e dimensões dos arquivos deverão ser suficientes para cumprir os requisitos de qualidade visual definidos anteriormente.

3.26 - DO LEVANTAMENTO CADASTRAL DOS LOGRADOUROS

3.26.1 - Deverá ser executada a atualização da Base de Dados do Cadastro de Logradouros, contemplando a coleta de atributos alfanuméricos e imagem digital frontal de cada Seção de Logradouro existente, os quais deverão ser coletados através de coletores de dados digitais com câmeras digitais acopladas ou integradas, com resolução mínima de 10 (dez) megapixels, de acordo com o Boletim de Cadastro de Logradouros atualmente usado pela Prefeitura Municipal.

3.27 - DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG) CORPORATIVO

3.27.1 - Sistemas de Informações Geográficas (SIG) são tecnologias de Geoprocessamento que lidam com informação geográfica na forma de dados geográficos. Por sua vez, dados geográficos podem ser classificados como dados espaciais e dados de atributos. Estes dados permitem que se conheça a estrutura geométrica de entes espaciais (edificações, logradouros, hidrografia, lotes, etc.) bem como sua posição no espaço geográfico.

3.27.2 - O Sistema deverá apresentar **número de licenças ilimitada e por tempo indeterminado**, para uso exclusivo da Prefeitura Municipal.

3.27.3 – Prova de Conceito:

3.27.3.1 - A licitante vencedora deste certame será submetida a Prova de Conceito, para demonstração das Características e Funcionalidades obrigatórias dos Sistemas, conforme tabela anexa no Termo de Referência.

3.28 - INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG) CORPORATIVO COM O SISTEMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA EXISTENTE NA PREFEITURA (BETHA SISTEMAS)

3.28.1 - Para manter a integridade e consistência dos dados, qualquer ação de entrada ou modificação nos dados cadastrais dos imóveis, logradouros, bairros, distritos, setores, quadras, deverão ser realizados diretamente no Sistema de Informações Geográficas (SIG) corporativo.

3.28.2 - As informações do Contribuinte, transferência de imóveis (ITBI), dados do lançamento de IPTU (valor lançado, valor pago ou parcelado, data dos pagamentos), bem como informações acerca da dívida ativa, serão disponibilizadas pelo Sistema Tributário para consumo nos Sistemas previstos neste Termo de Referência.

3.28.3 - A Proponente deverá fornecer o modelo de integração a ser adotado, onde em conjunto com técnicos da Prefeitura e da empresa responsável pelo Sistema Tributário, possam solucionar possíveis ajustes e correções necessárias para integração dos mesmos.

3.28.4 - A integração deverá ser realizada preferencialmente via Webservice.

3.29 - DA CONVERSÃO E ADEQUAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

- 3.29.1 - Esta etapa tem o objetivo, a consolidação das informações do Plano Diretor para uso nos diversos setores da administração e propiciar a emissão de consultas prévias de viabilidade através do site da Prefeitura.
- 3.29.2 - Desta forma será integrada a Base de Dados, as informações referentes aos Zoneamentos onde deverão ser executados, os seguintes procedimentos.
- 3.29.3 - Construção da Geocodificação, que consiste na criação de uma chave de ligação empregada no relacionamento entre as duas Bases de Dados (Espacial e Alfanumérica), executando este procedimento para todos os Zoneamentos.
- 3.29.4 - Proceder com as rotinas de fechamento topológico, transformando o Zoneamento em polígonos fechados.
- 3.29.5 - Converter e adequar a Legislação do Plano Diretor para um formato de Banco de Dados.

3.30 - DA ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES (PGV)

- 3.30.1 - A Planta Genérica de Valores (PGV) constitui instrumento essencial para o registro dos valores unitários de terrenos, servindo de base para o cálculo dos tributos imobiliários municipais, tais como o IPTU e o ITBI. Trata-se de ferramenta composta por mapas digitais ou impressos que apresentam as características espaciais do município, incluindo a malha viária e os limites das quadras, onde são definidos os valores por metro quadrado dos terrenos.
- 3.30.2 - A empresa contratada deverá montar a PGV atualizada no ambiente de geoprocessamento e demonstrar um mapa temático do perímetro urbano destacando em cores as faces de quadras nas ruas e de acordo com os valores de metro quadrado de terreno.
- 3.30.3 - Estudos preliminares
Elaboração dos estudos e análises técnicas necessárias para subsidiar a execução adequada da atualização da Planta Genérica de Valores a ser aplicada no município.
- 3.30.4 - Planta e Projeto de Lei
Elaboração da Planta Genérica de Valores, bem como da Minuta do Projeto de Lei a ser submetido ao Poder Legislativo Municipal, após realizadas as simulações e testes de atualização junto à Comissão Avaliadora. A elaboração deverá observar as diretrizes básicas estabelecidas pela NBR 14.653 – Avaliação de Imóveis Urbanos (ABNT).
- 3.30.5 - Cadastro de Face de Quadras
Elaboração do Cadastro de Face de Quadras, integrado ao Cadastro Imobiliário Municipal, fixando o valor do metro quadrado do terreno em cada face de quadra, em conformidade com os valores aprovados na nova Lei da Planta Genérica de Valores.
- 3.30.6 - Apresentação e Simulações
Apresentação dos trabalhos junto aos setores técnicos e administrativos competentes, bem como à Câmara Municipal, incluindo a execução de simulações de cálculos, a fim de demonstrar os impactos da atualização da PGV na arrecadação tributária.
- 3.30.7 - Produtos a serem entregues
Atualização da Planta de Valores Genéricos (PGV), em ferramenta SIG;
Relatórios técnicos e analíticos;
Minuta de Lei.
- 3.30.8 - Obs.: Em caso de alterações no código tributário municipal, deverão ser seguidos os critérios da Lei vigente no momento da prestação dos serviços.

3.31 - DO TREINAMENTO

- 3.31.1 - A proponente deverá efetuar o treinamento da equipe de servidores municipais que acompanharão os trabalhos, objetivando a apresentação dos propósitos a serem alcançados no desenvolvimento dos trabalhos, conceitos básicos sobre cadastro técnico, e por fim, os procedimentos específicos para elaboração de cada atividade como, por exemplo, preparo do material cartográfico, coleta de dados, conferência dos dados levantados em campo, controles, digitação e tudo o mais para a complementação do fluxo de atividades.
- 3.31.2 - A proponente deve também capacitar a equipe de servidores quanto aos procedimentos de atualização cartográfica, de Geoprocessamento, e no uso dos Sistemas.
- 3.31.3 - A Contratada deverá fornecer manuais impressos e em meio digital (formato PDF) com todos os procedimentos abordados na execução dos serviços e no treinamento.

3.31.4 - Devem fazer parte dos referidos manuais os procedimentos que terceiros devem seguir para apresentar projetos à Prefeitura Municipal que impliquem em alteração do uso e ocupação do solo e que deverão ser incorporados à base cartográfica.

3.31.5 - Os treinamentos e capacitações deverão ser ministrados em duas etapas: teórica e prática.

3.32 - DO SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL E ATUALIZAÇÕES TECNOLÓGICAS

3.32.1 - A Contratada deverá fornecer suporte técnico, manutenção e atualização do Sistema aos técnicos da Prefeitura Municipal, por um período de 12 (doze) meses após a entrega final dos produtos, através de consultas e informações via internet e telefone.

3.32.2 - Suporte Técnico, Manutenção e atualizações tecnológicas previstas sem custo adicional para a Contratante, durante o período de suporte:

Manutenções preventivas e corretivas do Sistema fornecendo reparo de defeitos identificados em componentes de software, e fornecimento de versões atualizadas do sistema de administração Pública;

Orientações sobre uso, configuração e instalação dos softwares ofertados;

Interpretações da documentação dos softwares fornecidos;

Orientações para identificar a causa de falha ou defeito de softwares e a solução deste;

Apoio para execução de procedimentos de atualização para novas versões dos softwares instalados;

3.32.3 - Manutenções e Suporte Técnico com custos adicionais para a Contratante durante o período de suporte: Desenvolvimento adicional, que consistem nas adequações do software para atendimento de melhorias que venham a ser solicitados pela Administração Pública (inclusão de novas funções, relatórios ou consultas), contemplando funcionalidades não exigidas nos requisitos técnicos deste termo de referência. Serviços de conversão e recuperação de dados.

Migração da solução contratada em caso de expansão ou troca de equipamentos no CPD da Prefeitura Municipal.

Serviços de suporte técnico Presencial, quando o técnico residente não solucionar o problema.

Apoio na recuperação de ambientes em caso de panes ou perda de dados.

3.33 - DOS PRODUTOS A SEREM ENTREGUES EM CADA ETAPA

3.33.1 - DA COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICA

3.33.2 - Uma cópia do plano de voo analítico, contendo todos os detalhes técnicos para a execução dos serviços, assinado pelo responsável técnico por sua elaboração.

3.33.3 - Um foto-índice na escala 1:5.000 contendo os elementos de orientação, tais como coordenadas geográficas nas extremidades e toponímia dos principais acidentes naturais e artificiais.

3.33.4 - Uma coleção de fotografias aéreas em alta resolução, na escala 1:5.000, organizadas em DVD-ROM, no formato TIFF, sem compressão, em pastas organizadas por faixas de voo.

3.34 - DO PERFILAMENTO LASER AEROTRANSPORTADO

3.34.1 - Dados do laser após o processamento de filtragem MDE e MDT (em formato LAS 1.3 e DWG).

3.34.2 - Curvas de Nível a cada 1,0 m, geradas a partir dos dados laser e editadas cartograficamente.

3.35 - DAS ORTOFOTOS DIGITAIS COLORIDAS

3.35.1 - Uma coleção de folhas gravada em DVD-ROM dos arquivos digitais das Ortofotocartas, com GSD (pixel) de 6 cm ou melhor, precisão, no formato GEOTIFF.

3.36 - DO LEVANTAMENTO CADASTRAL

3.36.1 - Base de dados do Cadastro Imobiliário atualizado.

3.36.2 - Base de Dados espacial atualizada.

3.36.3 - Imagens digitais frontais das unidades imobiliárias.

3.36.4 - Imagens digitais das seções de logradouro.

3.36.5 - Elaboração de relatório técnico contendo a descrição detalhada do levantamento, metodologia empregada e eventuais inconsistências encontradas.

3.37 - DA ATUALIZAÇÃO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS SEM ALTERAÇÃO CADASTRAL

3.37.1 - Imagens digitais frontais das unidades imobiliárias sem atualização cadastral.

3.38 - DO LEVANTAMENTO CADASTRAL DOS LOGRADOUROS

3.38.1 - Base de dados do Cadastro de Logradouros atualizado.

3.39 - DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG) CORPORATIVO

3.39.1 - Sistema de Informações Geográficas (SIG) Corporativo licenciado e implantado.

3.40 - DA INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG) COM O SISTEMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA EXISTENTE NA PREFEITURA (BETHA SISTEMAS)

3.40.1 - WebService ou equivalente de integração dos Sistemas implantado.

3.41 - DA CONVERSÃO E ADEQUAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

3.41.1 - Base de Dados do Plano Diretor convertida e integrada ao Banco de Dados do Sistema de Informações Geográficas (SIG) para gerenciamento do Plano Diretor.

3.42 - TREINAMENTO

3.42.1 - Treinamento da equipe de servidores municipais.

3.42.2 - Relatório contendo a identificação de cada membro da equipe que trabalhará no desenvolvimento das atividades, bem como as respectivas funções.

3.42.3 - Manuais de procedimentos e material de consulta para os treinados, para sua futura utilização.

3.43 - DO SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL E ATUALIZAÇÕES TECNOLÓGICAS

3.43.1 - Relatório dos serviços realizados, indicando a carga horária das atividades desenvolvidas e atendimentos realizados.

3.44 - DO RELATÓRIO DE DISCREPÂNCIAS E GERAÇÃO DAS NOTIFICAÇÕES

3.44.1 - Na sequência que os Bairros/ Setores forem sendo levantados e processados, deverão ser preparados pela licitante vencedora os arquivos contendo as Cartas de Notificação aos contribuintes dos imóveis que apresentarem alteração em dados cadastrais detectada, mediante texto e critérios estabelecidos pela Prefeitura.

3.44.2 - A licitante vencedora deverá realizar a geração de relatórios de discrepâncias cadastrais, identificando e listando as unidades imobiliárias cujas informações no cadastro da Prefeitura Municipal apresentem inconsistências ou divergências.

3.44.3 - A licitante deverá fornecer ainda, um mapa temático, preferencialmente disponível no Sistema, para que seja discutido em conjunto com os gestores municipais o planejamento do envio das notificações.

3.44.4 - Após a elaboração do relatório de discrepâncias, a licitante vencedora deverá preparar e gerar as notificações a serem enviadas aos proprietários dos imóveis com dados inconsistentes.

3.44.5 - Caberá à licitante propor um modelo de notificação dos imóveis cuja área foi acrescida, com no mínimo as seguintes informações:

- Nome de Proprietário;
- Endereço completo;
- Inscrição imobiliária;
- Divergências constatadas;
- Imagem de fachada;
- Croqui de localização;
- Procedimentos para contestação das informações.

3.44.6 - O modelo proposto deverá ser validado pelos técnicos municipais, permitindo que a licitante vencedora proceda com a geração dos arquivos necessários para impressão e envio das notificações.

3.44.7 - A licitante vencedora será responsável pela impressão das notificações e pelo envio aos contribuintes, conforme o modelo validado.

3.45 - DA CENTRAL DE ATENDIMENTO AOS CONTRIBUINTE NOTIFICADOS

3.45.1 - A contratada deverá disponibilizar uma Central de Atendimento, destinada exclusivamente ao suporte aos contribuintes notificados em decorrência do processo de georreferenciamento. A Central terá como finalidade:

3.45.1.2 - Prestar esclarecimentos aos contribuintes sobre notificações recebidas;

3.45.1.3 - Orientar os contribuintes quanto aos procedimentos administrativos necessários para regularização;

3.45.1.4 - Disponibilizar atendimento presencial, telefônico e/ou eletrônico (e-mail ou sistema online), conforme definido pela Administração;

3.45.1.5 - Registrar e acompanhar as demandas apresentadas, garantindo resposta em prazo razoável;

3.45.1.6 - Fornecer relatórios periódicos à Administração Pública contendo o quantitativo de atendimentos realizados, principais demandas e respectivas soluções.

3.45.2 - A estrutura mínima exigida para a Central de Atendimento compreende:

3.45.2.1 - Local físico de fácil acesso ou atendimento eletrônico eficiente;

3.45.2.2 - Equipe qualificada para esclarecimento das notificações e orientações técnicas;

3.45.2.3 - Horário de funcionamento compatível com o expediente da Prefeitura;

3.45.2.4 - Registro e protocolo de todas as solicitações.

CLÁUSULA 4ª - DO RECEBIMENTO

4.1 - O recebimento do objeto seguirá o disposto no artigo 140 da Lei 14.133/2021, e será realizado da seguinte forma:

4.1.1 - Provisoriamente:

a) pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, em se tratando de obras e serviços.

b) de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, em se tratando de compras.

4.1.2 - Definitivamente: até 10 (dez) dias úteis da entrega, após verificação de qualidade e do atendimento às especificações do Edital, bem como a consequente aceitação, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em se tratando de obras e serviços.

4.2 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.3 - No momento do recebimento do objeto, o órgão requisitante, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a empresa vencedora a promover a devida substituição.

4.3.1 - No caso de considerada insatisfatória as condições dos produtos/serviços recebidos provisoriamente, será lavrado termo de recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo os produtos serem recolhidos e substituídos e os serviços refeitos.

4.3.2 - Os produtos/serviços rejeitados deverão ser substituídos/refeitos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4 - Por ocasião do recebimento do objeto, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização de sua entrega, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de materiais de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.5 - A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pela substituição e/ou retirada do objeto entregue, quando na ocasião da fiscalização, for constatado que se encontra com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, a contar da data efetiva do pedido.

4.5.1 - O fornecimento de materiais de forma inadequada que não atenderem às exigibilidades não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

4.6 - O aceite do objeto não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos serviços, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

4.7 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.8 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.9 - Caso o objeto ou serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

CLÁUSULA 5ª – DA COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

5.1 - É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO manter o endereço de e-mail por ele indicado ativo, válido e sob acompanhamento regular, devendo adotar as providências necessárias para garantir o recebimento das comunicações encaminhadas a partir do domínio oficial do Município de Tangará (@tangara.sc.gov.br).

5.2 - As comunicações, notificações e intimações enviadas ao endereço de e-mail indicado pelo CONTRATADO serão consideradas válidas, eficazes e regularmente realizadas para todos os efeitos legais e administrativos, independentemente de confirmação de leitura ou recebimento. O mero envio da comunicação eletrônica caracterizará sua regular realização e produzirá todos os efeitos jurídicos dela decorrentes, presumindo-se o conhecimento de seu conteúdo pelo destinatário, com a contagem dos prazos a partir do primeiro dia útil subsequente ao envio.

5.3 - O não recebimento de comunicações, notificações ou intimações em razão de falhas no endereço de e-mail indicado, problemas técnicos, filtros de spam ou ausência de acompanhamento regular será de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO, não podendo tais circunstâncias ser alegadas para justificar o descumprimento de prazos, a apresentação intempestiva de recursos ou o inadimplemento de quaisquer obrigações previstas neste Edital ou no contrato, considerando-se os prazos e efeitos da comunicação como se regularmente realizada.

5.4 - Em caso de alteração do endereço de e-mail indicado, o CONTRATADO deverá comunicar a Administração, permanecendo válidas as comunicações e intimações enviadas ao endereço anteriormente informado até a efetiva comunicação da alteração.

5.5 - A intimação por meio eletrônico, inclusive para fins de instauração de processo administrativo de apuração de infrações administrativas, **nos termos dos Decretos Municipais nº 085/2023 e nº 072/2024**, constitui o **meio preferencial e oficial de comunicação** entre o Município e os licitantes ou contratados durante toda a execução contratual, **prevalecendo sobre outras formas de comunicação**, salvo disposição legal em sentido diverso ou determinação expressa da Administração.

CLÁUSULA 6ª – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1 - A fiscalização do contrato oriundo deste processo ficará a cargo do(s) servidor (es) abaixo mencionado(s) devidamente nomeado pela Portaria nº 313, de 26 de março de 2026.

a) Gestor de Contratos: CARLOS EDUARDO PEREIRA TITÃO, telefone (49) 3532-7451, e-mail: licita@tangara.sc.gov.br.

a) Fiscal de Contrato: MARCO ANTONIO PRETTO ZANCANELLI, telefone (049) 3532-7460, e-mail: engenharia@tangara.sc.gov.br.

b) Fiscal de Contrato: SCHAIANE MÜCKE, telefone (049) 3532-7460, e-mail: engenharia3@tangara.sc.gov.br.

c) Fiscal de Contrato: TASIANA RODRIGUES GUIMARÃES HEEMANN, telefone (49) 3532-7494, e-mail: ti@tangara.sc.gov.br

d) Fiscal de Contrato: CAMILA BRUNS, telefone (49) 3532-7459, e-mail:

e) Fiscal de Contrato: TALITA RAMPON BUYNO, telefone (49) 9196-4062, e-mail: tributos@tangara.sc.gov.br.

6.2 - Caberá a(os) fiscal(is) da contratação, verificar se os itens, objeto do presente Edital, atendem a todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como legitimar a liquidação dos pagamentos devidos ao contratado e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado, orientando as autoridades da necessidade de serem aplicadas sanções ou a rescisão contratual.

6.3 - O fiscal do contrato anotará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

6.4 - Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato informará ao gestor, para que sejam adotadas as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.5 - A omissão, total ou parcial, da fiscalização, não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

CLÁUSULA 7ª - DO PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

7.1.1 - Ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias, o valor devido por esta Administração será corrigido monetariamente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

7.2 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados pela proponente por ocasião da habilitação. Deverá conter também, a descrição do item, preço unitário e total, de conformidade com a proposta da contratada.

7.2.1 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

➤ MUNICÍPIO DE TANGARÁ - Avenida Irmãos Piccoli, 267, Centro, Tangará, SC, CNPJ nº 82.827.999/0001-01.

7.3 – Devem ainda constar na Nota Fiscal o número do respectivo Processo Licitatório, assim como da Solicitação de Fornecimento, o número da conta bancária da empresa e demais informações que o município vir a requisitar que constem no referido documento.

7.4 - O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos válidos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual mediante certidão emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal mediante certidão emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de regularidade trabalhista, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- g) Certidão negativa de recuperação fiscal/falência/concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida(s) até 90 (noventa) dias antes da data limite para apresentação das propostas.

7.4.1 - Caso o contratado prefira, poderá realizar a verificação da regularidade através do Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF.

7.5 – O arquivo xml das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: nfe@tangara.sc.gov.br ou contabil@tangara.sc.gov.br para seu devido pagamento.

7.6 - A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.

7.7 - Existindo algum imposto ou contribuição que incida sobre o objeto contratado, estes serão retidos para posterior recolhimento, os mesmos deverão ser destacados na nota fiscal conforme legislação vigente Municipal, Estadual e Federal.

7.7.1 - A contratada assume o compromisso e a responsabilidade de destacar no documento fiscal quaisquer impostos ou contribuições passíveis de retenção, assumindo assim o ônus sobre uma posterior apuração tributária por algum órgão público de quaisquer tributos ou contribuições que a contratada não tenha efetuado o destaque no documento fiscal e desta forma não ter havido o respectivo recolhimento, inclusive se comprometendo a ressarcir o erário público municipal por possível autuação.

7.8 - CONFORME DECRETO 079, DE 25 DE JULHO DE 2023 SOBRE A RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NOS PAGAMENTOS EFETUADOS PELOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL (INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012 E 2145 DE 26 DE JUNHO DE 2023):

7.8.1 - Pertence ao Município, aos Estados e ao Distrito Federal a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, conforme disposto nos arts. 158, I, e 157, I, da Constituição Federal.

7.8.2 - Aos pagamentos realizados à pessoa jurídica, efetuados pelo Município de Tangará, inclusive seus fundos e fundações, a partir de 01 de agosto de 2023, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, inclusive obras, deverá ser procedida a retenção de Imposto de Renda - IR, salvo imunidade, isenção e/ou dispensa prevista em legislação em vigor, tendo como base a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e alterações posteriores, devendo também observar o disposto no referido Decreto.

7.8.3 - Ficam excetuados da regra de retenção de que trata, os seguintes pagamentos:

- a) Realizados em regime de adiantamento.
- b) Até a adequação necessária, aqueles pagamentos que comprovadamente não sejam possíveis o destaque da retenção no documento fiscal emitido.

7.8.4 - A obrigação de retenção de IR alcançará todas as relações de compras, os pagamentos e os contratos efetuados pelos órgãos e pelas entidades Pertencentes ao Município, aos Estados e ao Distrito Federal, inclusive convênios com organizações da sociedade civil, com exceção das dispensas previstas na legislação em vigor. A Contratada elencada nas disposições deste decreto, deverá apresentar os respectivos comprovantes de enquadramento consistentes nas declarações contidas nos anexos II, III e IV, da IN 1.234/2012, conforme o caso.

7.8.5 - A Contratada deverá indicar no campo de observação do documento fiscal sua condição de imunidade, isenção e/ou dispensa com o respectivo amparo legal. Na ausência da informação, o Setor de Contabilidade, através da Secretaria de Administração e Finanças procederá a retenção do imposto conforme as alíquotas contidas no Anexo I da IN RFB n. 1.234/2012, ou outro documento que por ventura venha a substituí-lo.

7.8.6 - Os pagamentos far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da licitante vencedora, a partir da data final do período de adimplemento a que se referir.

CLÁUSULA 8ª - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 – Os recursos para pagamento do objeto do presente Edital estarão garantidos através das dotações orçamentarias:

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Atividade 2023

3.3.90.39.05.500 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA 9ª - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

9.1 - Cabe ao Município:

9.1.1 - A definição do objeto desta Licitação;

9.1.2 - Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

9.1.3 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.4 - Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;

9.1.5 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.6 - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7 - Efetuar o pagamento, de acordo com as condições e prazos estabelecidos neste Edital e Termo de Referência;

9.1.8 - Promover, através do Fiscal do Contrato, o acompanhamento e a fiscalização do Contrato, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da Administração;

9.1.9 - Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela Contratada;

9.1.10 - Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente o serviço contratado;

9.1.11 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, bem como sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução do Contrato.

9.1.12 - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.13 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.13.1 - A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, admitida a prorrogação motivada, por igual período, nos termos do art. 123, § único da Lei 14.133/2021.

9.2 - Cabe à Proponente Vencedora:

9.2.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2.2 - Executar o objeto de acordo com o Termo de Referência, projetos e memorial descritivo, quando for o caso, e anexos do presente edital, bem como, exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais/serviços solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

9.2.3 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

9.2.4 - Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.2.5 - Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.2.6 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.2.7 - Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preços.

9.2.8 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.2.9 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.2.10 - O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual mediante certidão emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal mediante certidão emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de regularidade trabalhista, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- g) Certidão negativa de recuperação fiscal/falência/concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida(s) até 90 (noventa) dias antes da data limite para apresentação das propostas.

9.2.10.1 - Caso o contratado prefira, poderá realizar a verificação da regularidade através do Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF.

9.2.11 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.2.12 - Deverá o Fornecedor assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica em caso de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a prestação do serviço ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do Município.

9.2.13 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.2.14 - Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.2.15 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.2.16 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.2.17 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.2.18 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.2.19 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.2.20 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

9.2.21 - Para fins de atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), as informações e dados apresentados para participar do processo licitatório, são de domínio público, em razão dos princípios do interesse público e da publicidade dos atos efetuados pela municipalidade.

9.2.21.1 - A Proponente obriga-se ainda, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a manter sigilo de todas as informações sobre os dados pessoais e dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução da contratação, sendo vedado o repasse dessas informações, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do objeto contratado.

CLÁUSULA 10ª - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.

10.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.
- d) deixar de apresentar amostra.
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

10.1.3 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

10.1.4 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou aceitar após o prazo estabelecido pela Administração.

10.1.5 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

10.1.6 - Fraudar a licitação.

10.1.7 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei.
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento.
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

10.1.8 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

10.1.9 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

10.2 - Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência.
- b) Multa.
- c) Impedimento de licitar e contratar.

- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto.
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 - Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.5 - Para as infrações previstas nos itens 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.6 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.7 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.8 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.9 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7, 9.1.8 e 9.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3 e 9.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.10 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou aceitar após o prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 9.1.3 e 9.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

10.11 - A apuração de infrações administrativas cometidas por licitantes e contratados, e a aplicação de sanções, será realizada por comissão composta por 3 (três) servidores, conforme o decreto nº 85 de 09 de agosto de 2023, que avaliará fatos e circunstâncias e instaurará, procedimento administrativo para apuração dos fatos.

10.12 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.13 - Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura do contrato, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as poderão ser aplicadas da seguinte forma, cumulativamente ou não:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato.

- c) Suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Município de Tangará, por prazo não superior a 03 (três) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior, na forma do §6º, do art. 156, da Lei 14.133/21.

10.14 - Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

- a) Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela Contratada da ordem de serviços.
- b) Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

10.15 - O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente Contratada:

10.15.1 - Se o valor a ser pago à proponente Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 30 (trinta) dias, contado da comunicação oficial.

10.15.2 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente Contratada ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA 11ª - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.1.1 - Acerca da extinção contratual, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.1.2 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.1.3 - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.2.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.2.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.2.3 - Indenizações e multas.

11.3 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA 12ª - DA VIGÊNCIA

12.1 - O prazo de vigência será de 8 (OITO) MESES, contados da data de publicação da mesma, podendo ser prorrogada de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

12.2 - O contrato decorrente deste Edital, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA 13ª - DO REAJUSTE, REVISÃO, ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS E DAS ALTERAÇÕES

13.1 - Do reajuste e da revisão

13.1.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data da apresentação da proposta pela CONTRATADA.

13.1.2 - O preço contratado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer somente se de acordo com o art. 124 da Lei 14.133/2021 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA;

13.1.3 - As quantidades a serem fornecidas constantes do Edital, Projeto, Orçamento e Memorial Descritivo, poderão, nos limites dos artigos 125 e 126 da Lei 14.133/2021, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência do presente contrato.

13.1.4 - Quando para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, aplicando-se nesse caso, às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado, deverá a CONTRATADA, mediante requerimento devidamente comprovado, requerer a revisão dos preços nos termos do artigo 124, inciso II, § 2º, da Lei nº 14133/2021.

13.1.5 - Os preços contratados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado, bem como as alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021, não poderão transfigurar o objeto da contratação.

13.1.6 - Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados, nos termos do art. 134 da Lei 14.133/2021.

13.2 - Das Atualizações

13.2.1 - Após o interregno de um ano, contado a partir da data da apresentação da proposta, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2.2 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.2.3 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.2.3.1 - Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.2.4 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

13.2.5 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.2.6 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.3 - Das alterações

13.3.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

13.3.2 - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

CLÁUSULA 14ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14.2 - O signatário deste contrato, declara estar ciente das suas condições para com o Município, nos termos do Edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante do presente documento e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.3 - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet e em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA 15ª - DO FORO

15.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará/SC, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente ajuste, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 02 (duas) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Tangará, ____ de _____ de 2026.

ALDAIR BIASIOLO
Prefeito Municipal

FORNECEDOR
Representante

Testemunhas:

1- _____
Nome:

2- _____
Nome: